



**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social**

BRENO WILLIANS NEPOMUCENO MACHADO

**ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE RENDA NO MERCADO
DE TRABALHO NO BRASIL DE 2012 A 2017**

Rio de Janeiro
2019

BRENO WILLIANS NEPOMUCENO MACHADO

**ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE RENDA NO MERCADO
DE TRABALHO NO BRASIL DE 2012 A 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Dr. Marcelo Gomes Ribeiro

Rio de Janeiro
2019

CIP - Catalogação na Publicação

M149a Machado, Breno Willians Nepomuceno
Análise da Desigualdade de Renda no Mercado de Trabalho no Brasil de 2012 a 2017 / Breno Willians Nepomuceno Machado. -- Rio de Janeiro, 2019.
53 f.

Orientador: Marcelo Gomes Ribeiro.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Faculdade de Direito, Instituto de Economia, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública Desenvolvimento Econômico e Social, 2019.

1. Desigualdade social. 2. Minorias. 3. Igualdade de oportunidades. 4. Distribuição de renda. I. Ribeiro, Marcelo Gomes, orient. II. Título.

BRENO WILLIANS NEPOMUCENO MACHADO

ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL DE 2012 A 2017

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Professor: Dr. Marcelo Gomes Ribeiro
Ippur/UFRJ - **Orientador**

Professora: Dra. Themis Amorim Aragão
Ippur/UFRJ - Examinador Convidado

Professor: Dr. Filipe Souza Corrêa
Ippur/UFRJ - Examinador Convidado

RESUMO

O Brasil sofre com o problema da concentração de riqueza em grupos cada vez menores na sociedade, o que se mostra enraizado em sua história. Além disso, pertencer a certos grupos demográficos, seja por sexo, cor/raça, ou nível de escolaridade, por exemplo, pode ser determinante para o processo de desigualdade de renda, uma vez que pode influenciar no nível de remuneração, qualidade de emprego, e em como se dão as oportunidades e chances de ascensão. Com base nisso, a presente pesquisa procura realizar uma análise da desigualdade de rendimento do trabalho no Brasil. Por meio de uma macro abordagem nacional e também regional, visa identificar e comparar possíveis variações no nível de desigualdade de renda, no período de 2012 a 2017.

Palavras-chave: Desigualdade social. Minorias. Igualdade de oportunidades. Distribuição de renda.

ABSTRACT

Brazil suffers with the issue of wealth concentration in even smaller groups in society, which is rooted in its history. Besides, being part of certain demographic groups, such as gender, color/race, or scholarship, for example, can be determinant for the process of income inequality, once it may influence on the remuneration, quality of employment, and how the opportunities and chances of ascension are given. Based on this, the current research seeks to perform an analysis of the inequality of labor income in Brazil. Through a national and regional approach, it aims to identify and compare possible variations on the income inequality levels, between 2012 and 2017.

Keywords: Social inequality. Minorities. Equal opportunities. Income distribution.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 APONTAMENTOS SOBRE DESIGUALDADES DE RENDA.....	9
2.1 Desigualdade de renda e crescimento econômico.....	10
2.2 Panorama internacional.....	11
2.3 Histórico da desigualdade de renda no Brasil.....	13
2.4 Fatores do processo de desigualdade de renda.....	17
3 METODOLOGIA.....	20
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	26
4.1 Análise dos fatores sociodemográficos.....	28
4.2 Análise regional dos dados.....	35
4.3 Comparativo das Regiões.....	45
5 CONCLUSÕES.....	47
REFERÊNCIAS.....	53

1. INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta um quadro grave de concentração de riqueza em grupos cada vez menores na sociedade, o que se mostra enraizado em sua história, e que parece não apresentar melhora efetiva, ao longo de anos, manifestando-se de forma preocupante. Pertencer a determinados grupos sociodemográficos pode ser um determinante para o processo de desigualdade de renda, uma vez que pode influenciar em como se dão as oportunidades ou chances de ascensão. Assim, a presente pesquisa, por meio de uma macro abordagem nacional, e também das cinco regiões brasileiras – Região Norte, Região Nordeste, Região Centro-Oeste, Região Sudeste, Região Sul – visa identificar e comparar possíveis variações no nível de desigualdade de renda, no período entre 2012 e 2017. Embora a finalidade deste trabalho não seja a de explicar o processo de desigualdade em si e suas origens, torna-se importante levantar alguns conceitos e fatos que permeiam o assunto.

A análise da desigualdade de renda é feita por meio da análise de uma distribuição de renda entre os indivíduos de uma sociedade, que parece ocorrer de forma desigual entre os grupos. O objetivo aqui é expor o fenômeno da desigualdade de renda, observando se a distribuição de renda apresentou alguma variação ou mudança, analisando se a desigualdade de rendimento manteve um mesmo comportamento, se foi reduzida, ou ainda, se de alguma forma aumentou, nesse período específico, pelo país. Para isso, faremos uma breve contextualização do tema. Levantaremos possíveis causas para esse fenômeno, para que assim futuras soluções possam surgir e ser avaliadas, contribuindo assim para uma melhoria do quadro exposto, visto que gera um impacto direto, não apenas no lado econômico, mas também social da população.

Primeiramente define-se o que é “desigualdade”, apontando alguns dos métodos de mensuração mais usados em pesquisas. Depois, é feito um panorama nacional e internacional, citando diversos fatos históricos. Outra etapa será a coleta de dados para análise do rendimento do trabalho principal. Dados esses que serão trabalhados para assim contribuir para a construção de tabelas e gráficos que auxiliarão na compreensão e alcance dos resultados. Vale ressaltar que esses dados são obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de existirem alguns estudos sobre o tema, a presente pesquisa explora um período mais atual, com o recorte especificamente de 2012 a 2017, por apresentar contextos políticos, econômicos e sociais diferentes, e retratar um momento anterior à forte crise econômica que afetou o Brasil, sua chegada em 2014, e a fase posterior, que ainda pode ser observada nos dias atuais. Além disso, o tema da concentração de renda manifesta grande relevância social, pois fere princípios democráticos, com grupos podendo ter pontos de partida ou oportunidades diferentes, com recursos políticos ou econômicos diferenciados, apresentando assim posições privilegiadas quando comparados aos demais grupos, e demonstra enorme influência direta na qualidade de vida da população, gerando impacto em campos diversificados como a pobreza, o desemprego, e o analfabetismo.

2. APONTAMENTOS SOBRE DESIGUALDADES DE RENDA

Vários tipos de sociedades espalhadas pelo globo possuem características bem diversificadas entre si. Algumas possuem pontos em comum e outras são completamente distintas. O processo de desenvolvimento e crescimento adotados determina o tipo de sociedade que se tornam. Na sociedade moderna, é fácil observarmos que grande parte das necessidades é satisfeita através do uso da renda monetária. Podemos observar também o grau de dependência que existe nessas sociedades em relação a essa renda. Em meio a esse processo, percebemos ainda que o acesso à renda não se dá da mesma forma para todos, gerando diversos tipos de desigualdade, seja ela econômica, política, social, ou cultural. Assim, algumas sociedades podem ser mais ou menos desiguais que outras.

De acordo com o Dicionário Online de Português, a palavra “desigualdade” significa “Caráter ou condição do que não é igual: desigualdade de condições”; “Ausência de equilíbrio; falta de proporção”. Aqui é avaliada a questão da divisão da renda, ou seja, a aparente distribuição irregular e desigual nos diferentes estratos da população, e a conseqüente concentração da renda detida por uma parcela mínima da população. Essa desigualdade da renda parece ser produto de ciclos e fenômenos característicos da sociedade de classes. Marx já apontava a relação de exploração nesse tipo de sociedade capitalista, dividida entre burgueses e proletários.

Em termos econômicos, temos “distribuição” como a forma em que são repartidos bens e riquezas que são produzidos entre os indivíduos nos diferentes estratos da sociedade. Pode-se dizer que ela deriva do processo produtivo. Entretanto, podemos notar que a renda total de uma região pode mostrar-se distribuída de maneira diferenciada entre a população. Existem diversas correntes que buscam justificar a desigualdade. Algumas se baseiam nas diferenças de capacidades, características naturais dos indivíduos, escolaridade, mérito, e outras defendem até mesmo que a desigualdade seria de certa forma positiva, servindo para estimular a produtividade do mercado. Vale ressaltar que para esta pesquisa não consideramos a distribuição total da renda, mas sim a distribuição no mercado de trabalho, para pessoas ocupadas. Percebemos uma distribuição desigual da renda, a qual é medida normalmente de forma regional, e pelo local de residência ou por indivíduo. É importante o estudo desse fenômeno, pois a desigualdade econômica é algo que fere os princípios sociais de justiça, sendo prejudicial para a democracia e para a população.

2.1 Desigualdade de renda e crescimento econômico

Estudos apontam uma redução da desigualdade no início do século XXI. Houve de fato aumento da renda média da população mais pobre do Brasil. A literatura e diversos dados nos mostram uma melhora gradativa a partir de 2001. Resta descobrir até quando essa melhora se manteve.

Neri (2007) mostra que a partir de 2003, a redução da desigualdade é dada pela política de aumento de salários mínimos e expansão nas transferências de renda. Sobre os programas de transferência de renda, Soares (2006) salienta que benefícios como o de aposentadorias rurais e benefícios sociais, ganharam mais destaque e peso na distribuição, uma vez que esses valores são vinculados ao salário mínimo. Logo, o aumento real do salário mínimo levou a um aumento do valor desses benefícios. Ainda que programas de transferência de renda ou outros projetos sociais não sejam considerados para a base de cálculo desta pesquisa, podemos citá-los como um dos fatores que ajudaram na melhora desse quadro, o que é, inclusive, consenso entre vários autores, como podemos observar. Ricardo Paes de Barros, por exemplo, fez parte do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) por mais de 30 anos, onde realizou pesquisas relacionadas aos

temas de desigualdade e pobreza, mercado de trabalho e educação no Brasil e na América Latina. Em muitos de seus estudos, buscou motivos que explicassem as disparidades em remuneração do trabalho, que acabam levando a um conseqüente quadro de desigualdades. Para ele, o Bolsa Família contribuiu em 20% para a redução da miséria, enquanto os outros 80% se deve à ações de projetos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa Universidade para Todos (Prouni), e às ações de cotas para a entrada no ensino superior. Assim, com base em ações como essas, vemos que o governo conseguiu atingir positivamente uma parcela vulnerável da população.

Na discussão sobre essa melhora no quadro a partir dos anos 2000, o próprio Marcelo Neri iniciou uma discussão sobre o surgimento de uma “nova classe média”. Alguns outros autores chegam a concordar com a ideia da emergência de uma nova classe nesse processo. Márcio Pochmann (2012), antigo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), chama atenção para o surgimento de um novo padrão de mudança social e econômica no Brasil desde 2004, resultado do aumento da renda nacional per capita e da redução na desigualdade da renda. Ele aponta e reconhece um quadro de melhoria social e econômica no país nesse período. Entretanto, algo curioso sobre Pochmann é que, ao contrário de Neri, ele refuta a ideia de que houve surgimento de uma nova classe média no Brasil no processo de distribuição de renda, de acordo com seu livro: *“Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira”*. Em outra obra (*“O Mito da Grande Classe Média. Capitalismo e Estrutura Social”*, 2014), indica que isso é um mito, pois na verdade o que houve foi o fortalecimento de setores ligados à classe trabalhadora, reforçando a base da pirâmide social, e não necessariamente a ascensão de uma nova classe. O que houve, segundo Pochmann foi a expansão da classe trabalhadora a partir do aumento do emprego, salário mínimo, políticas e programas sociais.

2.2 Panorama internacional

Em todo o mundo, países sofrem com o problema de concentração de renda. Vamos agora utilizar o índice de Gini para termos um panorama da desigualdade de distribuição de renda no Brasil e outras regiões do mundo ao longo dos anos, com base em diversos dados e estudos, apenas para exemplificação e melhor entendi-

mento da questão. Ao comparar o caso brasileiro com o cenário internacional, podemos ter noção da gravidade do tema, e observar ainda a situação de outros países. Dados do relatório de desenvolvimento humano de 2005 mostram o Brasil como o oitavo mais desigual do mundo na época. De acordo com o PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento), de 2010, o Brasil apresentava o Gini de 0,56, sendo com isso o terceiro país mais desigual do mundo. O que chama atenção, agora com base no Gini mundial, é que dos 15 países mais desiguais do mundo, ainda no ano de 2010, 10 encontravam-se na América Latina e no Caribe (BRÍGIDO, 2011).

No BRICS (grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), nas últimas duas décadas, o Brasil, quando comparado aos demais países do grupo, reduziu de forma significativa seu nível de desigualdade de renda, indo de um Gini que passou de 0,60 nos anos 90, para aproximadamente 0,52 em 2009. China e Índia apresentaram forte concentração de renda, porém os números dos demais são bem alarmantes. A África do Sul chegou a ser considerado o país mais desigual do mundo, uma vez que seu Gini subiu de 0,58 em 2000 para 0,67 em 2006. A Rússia, que possuía Gini de 0,24 em 1988, teve um aumento considerável em 2008, chegando a 0,42. (SILVÉRIO, 2010?). A Rússia apresenta um histórico de desigualdade, com elevada diferenciação dos salários entre os setores da economia. A dissolução da União Soviética gerou impacto no crescimento do país. O país conseguiu se recuperar a partir de 1999, atingindo a maior taxa de PIB per capita entre os países do grupo em 2000. A Índia atinge grandes marcas em vários tipos de desigualdade. Vale lembrar que o sistema de castas e a discriminação com base no gênero são muito fortes no país e contribuem para esse fenômeno. A China, apesar de seu histórico com bom desenvolvimento, apresenta aumento das desigualdades regionais, entre setores e interpessoais. A África do Sul apresenta desigualdades históricas, seja regional, interracial, de classe, de gênero, ou outras. O país teve um bom desempenho com o fim do Apartheid, e as reformas institucionais foram positivas para o crescimento econômico, assim como na China e Índia, embora apresente dados ainda preocupantes.

Segundo o estudo *"Como era a vida"*, de 2014, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a desigualdade de renda aumentou no mundo entre 1820 e 2010. A matéria intitulada *"Desigualdade entre países avançou no mundo entre 1820 e 2010, diz OCDE"*, publicada no site "Globo.com" em

2010 mostra dados desse estudo, o qual utiliza o índice de Gini, comparando os países entre si, indicando um aumento entre 1820 e 2010, de 0,16 para 0,54 (Gini mundial). No Reino Unido, o índice de Gini estava em 0,59 em 1820 e caiu para 0,40 nos anos 2000. Nos Estados Unidos, foi de 0,57 em 1820, para 0,44 no início do século XXI. No Brasil o índice de Gini aumentou de 0,47 nos anos 1820 para quase 0,60 nos anos 2000. Houve também alta da desigualdade dentro dos países: o Gini mundial passou de 0,36 na década de 1980 para 0,39 na década de 90, e 0,45 na década de 2000. Na Europa Ocidental, o Gini foi de 0,36 nos anos 80 para 0,38 nos anos 90, e 0,40 nos anos 2000. A região da América Latina e Caribe apresentou índice de Gini de 0,52 e 0,54, respectivamente. Nos Estados Unidos a taxa foi 0,37; na Austrália 0,39; e Canadá 0,44.

O estudo *“Permanecemos divididos: por que a desigualdade segue aumentando”*, de 2011, também da OCDE, indica que até mesmo países ricos com um bom nível de igualdade como Dinamarca e Alemanha, por exemplo, também vêm enfrentando problemas de concentração econômica. Por outro lado, o emergente México apresentou queda nas diferenças de renda, apesar de continuar sendo considerado o mais desigual desse grupo.

Com essas comparações rápidas, já podemos nos situar de que o Brasil é, de fato, um dos países com maior concentração de renda em todo o globo. Segundo Pedro Ferreira de Souza, pesquisador do IPEA, aqui, o 1% mais rico concentra em torno de 23% da renda total. Enquanto isso, outros países também considerados bastante desiguais apresentam um percentual próximo a 20%, como é o caso dos Estados Unidos e da Colômbia. Para países considerados mais igualitários como a França e o Japão, esse percentual não passa de 10%.

2.3 Histórico da desigualdade de renda no Brasil

A desigualdade de renda no Brasil é muito forte, e se mostra enraizada na história do país. O economista brasileiro Celso Furtado (1964), intelectual com teorias sobre o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento, em sua obra *“Formação Econômica do Brasil”*, já citava a presença de uma forte concentração da renda desde a economia açucareira colonial. A estrutura fundiária já era sinônimo dessa grande concentração. Com o início da industrialização e seu fomento pelo Estado com incentivos fiscais, a desigualdade continuou progredindo. A Crise do

Café sem dúvidas impactou a economia brasileira, mas, por outro lado, serviu de fomento para o processo de industrialização. A concentração de riqueza encontrava-se principalmente na Região Sudeste, especificamente no Rio de Janeiro e São Paulo. A influência da elite cafeeira do Sudeste favoreceu a concentração industrial na região.

Durante o Estado Novo, e com a 2ª Guerra Mundial, a desigualdade cresceu consideravelmente, com ganhos de renda no topo da distribuição. Com o pós-guerra e a redemocratização, a concentração de renda foi reduzida no final dos anos 40 e ao longo da década seguinte, com o governo de Juscelino Kubitschek (SOUZA, P. H. G. F, 2016).

Na década de 60, o cenário macroeconômico impulsionado pelo governo contribuiu para o crescimento do país, mesmo sem uma política de transferência de renda ativa. Entretanto, a população mais pobre encontrava-se em uma situação mais vulnerável por causa da alta inflação da época. Para Hoffmann (2002), o processo de concentração de renda ganhou força no período da ditadura militar. Segundo Fishlow (1972), a piora na desigualdade nos anos 60 é explicada pelos baixos reajustes salariais da época, juntamente à alta inflação. Os reajustes salariais estabelecidos pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) levaram a uma diminuição do salário real dos trabalhadores. Antes do golpe militar de 1964, os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, vinham reduzindo a concentração de renda. A partir do golpe de 1964 houve aumento da desigualdade, e estudos indicam que a fatia dos mais ricos aumentou principalmente nos primeiros anos da ditadura.

O "Milagre econômico", que ocorreu no Brasil entre 1968 e 1973, de fato fez com que o país conseguisse crescer, cerca de 10% ao ano, com o Produto Interno Bruto (PIB) aumentando 14% em 1973. Esse período apresentou também queda de inflação. Por outro lado, o crescimento se mostrou melhor para grupos mais ricos, como empresários, do que para os trabalhadores em geral. A época foi marcada também pela famosa frase de Delfim Netto, criticado pela forte concentração de renda, ao dizer que seria preciso deixar o bolo crescer para depois dividi-lo. Mas parece que o bolo cresceu e nunca foi repartido. Alguns anos antes da ditadura, em 1960, o índice de Gini estava em 0,54. Em 1977 atingiu 0,63. O valor real do salário mínimo teve forte queda. Além disso, com a crise do petróleo de 1973 e o fim do

milagre econômico, a inflação atingiu números astronômicos no final da década de 1970, juntamente à dívida externa.

Mesmo assim, no final dos anos 70, de forma geral, todos os estratos apresentaram ganhos absolutos de renda. Mais especificamente entre 1976 e 1980, houve um crescimento econômico no país de 4% a.a. em média, queda do Gini de 7% e de Theil de 22%, ao contrário do início da década de 80, quando o Brasil enfrentou uma nova recessão. A desigualdade volta a subir, piorando em todos os níveis até o ano de 1985. O índice de Theil acompanha o Gini em quase todos os anos, com exceção de 1984, quando este indicava piora em relação a 1983, e Theil, uma melhora (Risco, Guilherme Rosa de Martinez, 2011).

A hiperinflação da década de 80 acaba contribuindo para elevar a desigualdade. Além disso, ao analisar as variações na renda per capita e na desigualdade, nota-se que em quase todos os anos a distribuição de renda melhora quando há aumento de renda per capita, e piora quando há redução. O final dos anos 80 também se mostrava conturbado. Em 1988 o índice de Gini chegava a 0,61, e além de ser registrada alta na desigualdade, registrou-se também redução na renda para todos os percentis.

Apenas nos anos 90 o crescimento melhora, ainda que a inflação nos primeiros anos da década chegue a níveis muito elevados. Esta, a partir de 1994 a inflação começa a ser estabilizada, o governo se dedica a programas sociais, e o salário mínimo começa uma trajetória ascendente. De 1992 a 2005 todos os grupos tiveram ganhos, principalmente os mais pobres.

A partir dos anos 90, a economia brasileira apresentou grandes variações. Em 1990, o chamado Plano Collor, que visava estabilidade financeira, impactou na redução da desigualdade de renda. Algum tempo depois o Brasil acaba se tornando mais desigual pelo crescimento da inflação. Mais tarde, o Plano Real em 1994 possibilitou a redução da taxa de inflação e a economia passou a ter estabilidade de preços. No período de 1993 a 1995, todos os segmentos crescem significativamente, cerca de 12% ao ano (NERI, 2007). Depois, a partir de 1995, o governo federal realizava aumentos reais no salário mínimo, o que contribuiu para melhorar a distribuição de renda. Essas medidas foram positivas para o PIB, que no início da década estava em baixa e depois voltou a crescer. O Gini, entretanto, teve uma variação anual muito pequena nessa década. Somente a partir de 2001 pode-se notar de fato uma melhora do indicador, atingindo seu menor valor em 20 anos em

2009, quando chegou a 0,54 (de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA), período com a maior queda na desigualdade no Brasil.

Mesmo com essa melhora, a concentração de renda ainda é muito forte no país. Neri (2007) analisa a evolução da distribuição de renda no Brasil entre 1992 e 2005. Em 2005, enquanto a renda apropriada pelo decil mais rico da distribuição chegava a 45,1% da renda total, os 50% mais pobres se apropriavam de apenas 14,1% da renda nacional. Ao analisar de 1995 a 2001, Neri (2007) observa que apenas o grupo mais pobre não mostrou uma queda na renda. De 2001 a 2003 houve perda de renda para todos os segmentos, acarretando na redução da desigualdade, uma vez que os mais ricos tiveram uma perda mais alta. Já de 2003 a 2005, houve aumento da renda, e os mais pobres foram os que mais ganharam.

A queda na pobreza que ocorreu na década de 90 e início do século XXI se deu principalmente pela redução da desigualdade e não pelo crescimento econômico, como geralmente ocorre. Barros et al. (2006) levantam um fato: a redução da renda per capita teve um impacto maior para a parcela mais rica do que para a mais pobre, reforçando a distribuição de renda.

Marcelo Medeiros (2015) alerta para o fato de que os ricos têm papel muito maior na desigualdade do que imaginamos, uma vez que o 1% detém uma parte muito grande da renda. A concentração da renda no topo da pirâmide social é uma das características mais marcantes para o processo da desigualdade no Brasil. Segundo ele, entre 2006 e 2012 houve diminuição da desigualdade entre os grupos mais pobres da população brasileira, mas não foi suficiente para mexer na distribuição inteira, justamente devido a essa concentração da renda pelos ricos. Assim pode-se dizer que o comportamento da riqueza então importa muito mais que o da pobreza. Piketty (2013) em *“O Capital no Século XXI”* já defendia que é preciso conhecer melhor o topo da pirâmide social para explicar a dinâmica da desigualdade na sociedade. De fato houve melhora para grande parte da população nesse período. Segundo Medeiros, o que não ocorreu, entretanto, foi a diminuição da desigualdade. Houve inclusive uma melhora tão grande da classe mais rica que impediu a queda da desigualdade. Quando a renda é muito concentrada, um grupo da sociedade tem maior poder sobre os outros. Quando o dinheiro está muito concentrado, a capacidade de influenciar a política, a economia, e a sociedade, também se mostra concentrada, ferindo não apenas a democracia, mas também a competição

produtiva no mercado capitalista. Daí mais uma vez a importância de se estudar o tema.

Agora no período selecionado para estudo, em 2011 a presidente Dilma Rousseff recebe uma economia considerada equilibrada e com bom desempenho, deixada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Durante seu primeiro mandato, apesar de não manter exatamente o mesmo ritmo do governo anterior, conseguiu manter a economia com crescimento positivo até o final de 2013. Segundo dados do IBGE, a economia cresceu 1,8% em 2012; 2,7% em 2013; e 0,1% em 2014. A taxa de desemprego permaneceu baixa e estável, e a trajetória de queda da pobreza também manteve certa constância nesse período. Em 2014, com a chegada da crise econômica, o Brasil mostrou-se estagnado. Problemas podem ser observados a partir da reeleição de Dilma. Em 2015, o quadro de bom desempenho da economia mudou, e o Brasil enfrentou uma recessão, com alta da inflação e dos juros, corte de investimentos públicos e privados, alta da taxa de desemprego, e instabilidade política. Houve retração de -3,85% em 2015 e -3,90% em 2016. Além do quadro negativo da economia, veio à tona ainda a acusação de pedaladas fiscais. Todo o processo culminou em seu impeachment em 2016. Temer assume com o quadro de recessão. O desemprego foi agravado, interferindo na questão da renda, e freando o consumo. A taxa de inflação na transição do governo Dilma para o governo Temer quase duplicou. No final de 2017, no governo Temer, a economia aparenta apresentar uma leve recuperação, com melhor controle da inflação e índices de geração de emprego em alta.

2.4 Fatores do processo de desigualdade de renda

Há vários fatores que determinam a má distribuição de renda no Brasil. Segundo Barros e Mendonça (1995) um deles está relacionado às características naturais dos indivíduos, como a raça, o gênero. Outro fator diz respeito às diferenças individuais que são adquiridas por cada um, como o nível educacional, de riqueza, e de experiência profissional. Alguns autores apontam também outros determinantes como a região de residência, e programas de transferência de renda (este último não é considerado na base de cálculo desta pesquisa).

Barros e Mendonça analisam que a segmentação e a discriminação são irregularidades comuns no mercado de trabalho, e que geram diferenças não apenas na remuneração, mas também nas oportunidades entre trabalhadores que apresentam mesma produtividade. Portanto, o mercado pode gerar desigualdade por meio de uma discriminação, ao remunerar de forma diferenciada homens e mulheres ou brancos e negros de mesma produtividade, com características pessoais semelhantes em postos de trabalho no mesmo segmento, ou por segmentação, ao remunerar de forma diferenciada trabalhadores que são perfeitos substitutos entre si na produção, mas que ocupam postos em segmentos diferentes do mercado de trabalho.

Os autores ressaltam que em relação às características naturais, os fatores que mais afetam a desigualdade são raça e gênero. A proporção de pessoas de raça negra entre os mais pobres é maior do que entre os mais ricos. Na metade inferior da distribuição de renda, 50% é formada por indivíduos negros, enquanto na metade superior a participação destes é somente de 15%. Quanto à desigualdade de renda causada por diferenças de gênero, diversos estudos já comprovaram que os homens recebem um percentual bastante elevado a mais que as mulheres, e que apesar da diferença estar diminuindo nos últimos anos, ainda é elevada.

A escolaridade é outro forte fator presente nesse processo. Segundo Langoni (1973), um dos fatores que contribuiu para o aumento da desigualdade entre 1960 e 1970 foi a falta de mão de obra qualificada no Brasil. O economista brasileiro, antigo membro do Conselho Monetário Nacional, e antigo presidente do Banco Central do Brasil, em sua obra "*Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*", constatou que o processo da desigualdade de renda surge por meio de características diversificadas da força de trabalho presentes no mercado, e que uns dos principais fatores que determinam esse fenômeno no país são as disparidades educacionais entre os membros da força de trabalho. O americano Fishlow (1972) também destaca o papel da educação na desigualdade no Brasil. Tanto Langoni quanto Fishlow dão importância para a desigualdade educacional como fator gerador da desigualdade de renda. Porém, os autores discordam quanto à influência do crescimento econômico nesse processo. Enquanto Langoni (1973) afirma que o crescimento econômico levaria a um aumento da desigualdade de renda, Fishlow (1972) defende que implicaria em uma melhora na distribuição de renda.

Reis e Barros (1991) dizem que a educação explica cerca de 50% da desigualdade de rendimentos do trabalho. No Brasil, além da má distribuição de educação, há um retorno maior para os indivíduos com maior escolaridade. É natural que trabalhadores com maior escolaridade ou experiência recebam maior remuneração.

Já Ramos e Vieira (2000), observam o aspecto regional da desigualdade no Brasil. Com base no índice de Gini por região, a partir de 1976 até o final da década de 70, apesar de todas as regiões apresentarem alto grau de desigualdade, a região Sudeste tinha o maior índice. A partir dos anos 80 a região Nordeste passa a liderar em quase todos os anos com o maior nível de desigualdade. As regiões Centro-oeste e Nordeste, em 2003, ainda apresentavam a mesma taxa do Gini observada em 1976, diferentemente das regiões Norte, Sul e Sudeste, que mostraram uma melhora significativa na desigualdade.

De acordo com dados do IPEA de 2010, o Gini do Brasil em 2009 foi de 0,54, enquanto em 2001 alcançou 0,59. Entretanto, essa queda não é observada ocorrendo de forma homogênea entre as regiões do país. As que apresentaram maiores quedas na desigualdade nesse período foram o Sudeste, com queda de 14,8%, e o Sul, com 13,6%. As demais regiões apresentaram reduções menores que 7%. A desigualdade interpessoal de renda entre as regiões do país é bem elevada. Em 2010, o PIB per capita na região Sudeste era 131% da média nacional, tendo 11% da área geográfica do país, e detendo 42% da população nacional. O Nordeste, concentrava cerca de 28% da população, uma área geográfica maior (18%) , mas tinha um PIB de apenas 48% do PIB per capita nacional, e 36% do encontrado no Sudeste, região de maior PIB per capita do país. O mesmo acontecia na comparação do Norte e Centro-Oeste, também em relação ao Sudeste, pois mesmo com um PIB per capita maior que o do Nordeste, detinham apenas uma pequena participação na população brasileira, com 8% para o Norte e 7% para o Centro-Oeste.

Atingir determinados níveis de desigualdade pode acarretar na continuidade ou até piora dos níveis de pobreza, os quais já são altos, além do efeito que incide sobre o crescimento econômico. As primeiras discussões acerca da relação entre desigualdade e crescimento econômico surgem da teoria neoclássica. Simon Kuznets, economista russo naturalizado americano, ficou famoso com a teoria do “U invertido”, a qual durante muito tempo norteou as pesquisas mundiais sobre

desigualdade, e serviu de base para diversos estudos empíricos, investigando as causas de mudanças a longo prazo na distribuição de renda pessoal. Kuznets (1955) encontrou uma relação na forma de “U invertido” entre a desigualdade e o crescimento.

A teoria apresentada por esse autor diz que, as mudanças estruturais trazidas pelo desenvolvimento econômico inicialmente provocariam um aumento da desigualdade, isto é, ao longo do processo de crescimento econômico, em um primeiro momento, a desigualdade aumenta, com a expansão de um setor urbano-industrial mais rico e desigual que o agrícola, elevando a desigualdade até um nível máximo. No decorrer do processo, a desigualdade eventualmente se estabiliza e em seguida começa a declinar conforme a renda per capita aumenta, e também devido a tendências demográficas, políticas e econômicas, formando graficamente assim uma curva na forma de “U invertido” da evolução da desigualdade. O processo nasce baseado na transição da economia agrária, a qual possui menor produtividade e rendimentos, para a industrial, setor com maiores ganhos e rendimentos. Basicamente implica na migração da população do meio rural para o urbano, o que levaria eventualmente à fase inicial da elevação da desigualdade. Segundo Kuznets, com o crescimento econômico, a queda da desigualdade pode ocorrer em meio a mudanças como, por exemplo, vantagens dos indivíduos do meio urbano em relação aos do meio rural, aumento das habilidades e eficiência dos indivíduos na área urbana, e pressão por redistribuição de renda.

É curioso, porém, que em muitos países, inclusive no Brasil, a curva de Kuznets não ocorre perfeitamente da forma idealizada pelo autor. No caso do Brasil, o “U invertido” talvez possa ser minimamente observado, ainda que de forma incompleta, quando, nos primeiros anos da ditadura a concentração no topo começou a aumentar, crescendo até os primeiros anos do “milagre econômico”, e estabilizando-se depois, diminuindo um pouco no final da década de 1970.

3. METODOLOGIA

Avaliar a desigualdade da distribuição da renda, especificamente, não se mostra uma tarefa tão simples. Seja qual for o método utilizado, muitos dados estão sujeitos à imperfeição ou imprecisão, porém, quanto mais transparente for a divulgação das estatísticas de renda e riqueza, melhor para estudo e compreensão

da realidade do quadro de desigualdade entre ricos e pobres. Alguns métodos de mensuração de desigualdade de renda são mais utilizados que outros. Todos apresentam suas vantagens e desvantagens. Nenhum deles é perfeito. Todos nos dão aproximações. O que pode determinar a escolha do método são os propósitos da pesquisa, a forma como serão trabalhados os dados, e a disponibilidade destes. Para medir o nível de desigualdade e concentração da renda em pesquisas sobre o campo econômico, estatísticas econômicas e sociais, e ciência política, diversos métodos são ofertados, como: o índice de Gini, Princípio de Pareto, índice de Theil, ou Curva de Lorenz.

O coeficiente de Gini, desenvolvido por Corrado Gini em 1914, é um dos principais índices para mensuração da desigualdade utilizados no mundo. Apresenta medidas entre 0 e 1, em que, quanto menor for o índice de Gini, ou seja, quanto mais próximo a 0, melhor distribuída é a renda entre os habitantes do país, isto é, mais igualitário ela é. “0” corresponde à total igualdade na renda, e “1” corresponde à completa desigualdade. Quanto mais um país se aproxima do número 1, mais desigual é sua distribuição de renda e riqueza. Os países que possuem alto índice de Gini, normalmente apresentam valores próximos a 0,6. Por outro lado, um país com uma boa distribuição de renda tem a taxa de aproximadamente de 0,3.

Cada forma de medir desigualdade possui sua particularidade. De modo geral, muitas das críticas ou imperfeições do Gini, são comuns aos demais índices. Ainda assim, este é um indicador padrão em muitos países, inclusive no Brasil, que o defendem como um indicador operacional eficiente, uma vez que chegar à sua execução se mostra mais simples e acessível. Uma vantagem é sua relativa facilidade de cálculo, quando comparada aos outros, por exemplo.

O índice de Pareto envolve ajustamento de uma função aos dados. Foi criado por Vilfredo Pareto no final do século XIX. Seu estudo mostrava que aproximadamente 20% da população detinha 80% do valor do capital de uma nação. Na época ele analisou a distribuição de riqueza em várias nações europeias. Anos depois, muitos estudos indicavam que esse mesmo tipo de distribuição se aplica para todas as sociedades estudadas. Se 20% da população detém 80% do valor do capital de uma nação, então 4% (20% de 20%) detém 64% (80% de 80%) do valor do capital. E seguindo esse raciocínio, se 4% detém 64%, então aproximadamente 1% (20% de 4%) deverá deter aproximadamente 50% (80% de 64%). 1% detendo aproximadamente 50% da riqueza mundial é algo possível de ser observado em

algumas regiões, e curiosamente foi previsto por Pareto no século XIX (WILLIAMS; RALLO; NORTH, 2015).

O Índice de Theil, calculado em 1967, é um mecanismo que necessita cálculo de logaritmo, o que requer certa especialização. Ainda assim é bastante utilizado em pesquisas. O cálculo é feito logaritmo neperiano da razão entre as médias geométricas e aritméticas da renda familiar per capita média. Se essa razão for igual a 1, Theil será igual a zero, o que implica numa perfeita distribuição. Quanto maior for a razão entre as médias, maior será o índice, o que significa que pior será a distribuição de renda. Então, semelhante ao índice de Gini, quando o valor, que varia entre 0 e 1, for mais próximo de “1”, pior será distribuição, e vice versa.

Já a Curva de Lorenz, como é possível observar abaixo, representa graficamente a razão entre a população e o total da renda. Em um dos eixos tem-se a variável “Rendimento” (y%), enquanto no outro, tem-se a “População” (x%). No gráfico é traçada uma linha da percentagem de rendimento que cabe a cada grupo da população, na qual, quanto mais afastada da diagonal ela estiver, maior é a concentração do rendimento, isto é, maior é a desigualdade do rendimento.



Fonte: Gráfico disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>>

O método aqui utilizado consiste na construção de decis de renda. É estudada a evolução do decil do rendimento do trabalho principal no Brasil, no período selecionado. Os decis são um tipo de medidas separatrizes. Em estatística descritiva, o decil é um dos dez valores que dividem os dados ordenados de uma

variável em dez partes iguais, em que cada parte representa 1/10 da distribuição. Portanto, o 1º decil é o ponto que representa 10% dos indivíduos de menor rendimento, indicando o percentil 10, enquanto o 5º decil é o corte para 50% dos indivíduos ou metade deles, representado pelo percentil 50, e assim por diante.

Na construção do decil, divide-se a distribuição do rendimento em 10 partes iguais, do menor para o maior, numa distribuição de renda hierarquizada. No entanto, foi possível observar que existe certa dificuldade de separar os decis (como separar o 1º decil do 2º), pois a separação não é exata, não tem um corte exato, sendo mais fácil de analisar e trabalhar agregando os quatro primeiros, por exemplo, por ter um corte mais próximo, mais preciso. Assim, o decil do rendimento foi, portanto, separado em três grupos: o primeiro abrange do 1º ao 4º decil, representando 40% da população, sendo o grupo de menor rendimento. O segundo grupo, do 5º ao 8º decil, representa 40% da população, correspondente ao rendimento médio. E o último grupo, do 9º ao 10º decil, constituindo 20% da população, correspondente ao grupo mais rico, ou seja, de maior rendimento. Os três grupos englobam características como perfil social, escolaridade, cor ou raça, e sexo dos indivíduos.

A presente pesquisa adota uma macro abordagem, por meio de uma análise majoritariamente quantitativa dos dados, ilustrados por meio de gráficos, mensurando os resultados estatisticamente, no período de 2012 a 2017, para assim constatar o comportamento da distribuição da renda. A metodologia da pesquisa utiliza também uma visão estatística descritiva, através da construção dos decis na divisão da distribuição do rendimento, expondo os dados, descrevendo-os e interpretando-os. Para trabalhar os dados utilizou-se o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) e o Microsoft Excel.

A análise é feita através de estratos de renda do trabalho principal, em que pessoas ocupadas ficam distribuídas de acordo com suas remunerações médias mensais. O objeto empírico aqui estudado é o fenômeno da desigualdade de rendimento do trabalho. Apesar de já existirem alguns estudos sobre o tema, a presente pesquisa explora um recorte temporal mais atual. Este período selecionado apresenta contextos políticos, econômicos e sociais distintos. O período situa o mandato de Dilma Rousseff como presidente do país, iniciado em 2011, até seu impeachment em 2016, e em seguida, a transição para o governo de Michel Temer. Retrata também um momento anterior à forte crise econômica que afetou o Brasil recentemente, sua chegada em 2014, e a fase posterior.

Alguns dados podem ajudar a nos situar em alguns acontecimentos no período, ainda que de maneira breve. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia fechou 2012 com um crescimento de 0,9%, ficando abaixo da África do Sul (2,5%) e do México (3,9%). Entre os BRICS, no último trimestre do ano, o país ficou com o pior desempenho, com 1,4%, contra 7,9% da China, 4,5% da Índia, 2,5% da Rússia, e 2,2% da África do Sul. Por outro lado, o Brasil, em 2012 apresentou bons números em relação ao emprego, com a criação de 1,3 milhão de postos de trabalho, crescimento da massa salarial de 6%, e ainda aumento real da renda, de 4%.

Embora em 2014 a variação do PIB tenha sido positiva (0,50%), no ano de 2015, dados do Banco Mundial e do IBGE mostram que o Brasil obteve um infeliz desempenho, atingindo uma retração de 3,8%. Entre 2014 e 2016, o produto per capita caiu cerca de 9%. Dentre outros fatores como a crise econômica internacional, por exemplo, o conjunto de medidas adotadas alguns anos antes, pode ter contribuído para esse cenário, como a adoção da Nova Matriz Econômica (NME) que reduziu a produtividade da economia brasileira (FILHO, F. H. B, 2017).

Para o presente trabalho, os atores envolvidos no processo da desigualdade de renda são as pessoas consideradas ocupadas no mercado de trabalho. A população economicamente ativa (PEA) é dividida em “população ocupada” e “população desocupada”. Para “população desocupada”, são consideradas as pessoas que, em um certo recorte temporal, não possuíam trabalho, apesar de estarem à procura, ou à disposição para trabalhar. Já a “população ocupada”, considera as pessoas que, em um recorte temporal determinado, tinham trabalho. Este último é o grupo selecionado para o estudo. Como são utilizados os dados da PNAD Contínua, considera-se então como atores as pessoas ocupadas no mercado de trabalho, com 14 anos de idade ou mais. É considerado também na pesquisa o trabalho principal da semana de referência.

Os fatos relacionados a esses atores giram em torno de diversas variáveis sociodemográficas, que podem influenciar de alguma forma no processo de geração da desigualdade de renda no mercado de trabalho. Variáveis essas como escolaridade, idade, sexo, cor ou raça, e até a região de residência. Esses fatores podem contribuir para determinar pontos de partida desiguais, além de oportunidades e acesso desiguais, uma menor democracia social, econômica e

política, e refletir ainda na qualidade de vida da população, sobre a expectativa de vida, taxa de analfabetismo, de desemprego, entre outros.

Fazer parte de certos grupos sociodemográficos, seja por sexo, cor/raça, ou nível de escolaridade, por exemplo, pode influenciar nesse processo refletindo no nível de remuneração, qualidade de emprego, e em como se dão as oportunidades e chances de ascensão no mercado de trabalho. Esse fato somado à concentração no topo fere ideais democráticos, já que os mais ricos possuem recursos tanto políticos quanto econômicos diferenciados, os quais lhe concedem posições privilegiadas, com oportunidades, poderes e posições vantajosas quando comparados aos demais grupos. A concentração de riqueza entre os mais ricos é tão intensa que afeta até mesmo indicadores de desigualdade considerados pouco sensíveis a ela, como o próprio índice de Gini.

Como num ciclo, algumas das disparidades da renda podem ser continuamente criadas, destruídas ou, transformadas em outras formas de desigualdade, pela própria sociedade. Aqui entra o papel do mercado de trabalho, por exemplo, ao transformar em desigualdade salarial a desigualdade entre trabalhadores, com respeito a características ligadas à produtividade, como experiência e escolaridade (no Brasil, cada ano de escolaridade adicional tende a elevar o nível salarial de um trabalhador, como diz a Teoria do Capital Humano). Porém observamos também esse processo ligado às características baseadas em fatores sociodemográficos (sexo, cor ou raça e idade), e ainda àqueles segmentos da força de trabalho que se beneficiam deste tipo de segmentação por níveis de escolaridade mais elevados, por sua posição social e territorial.

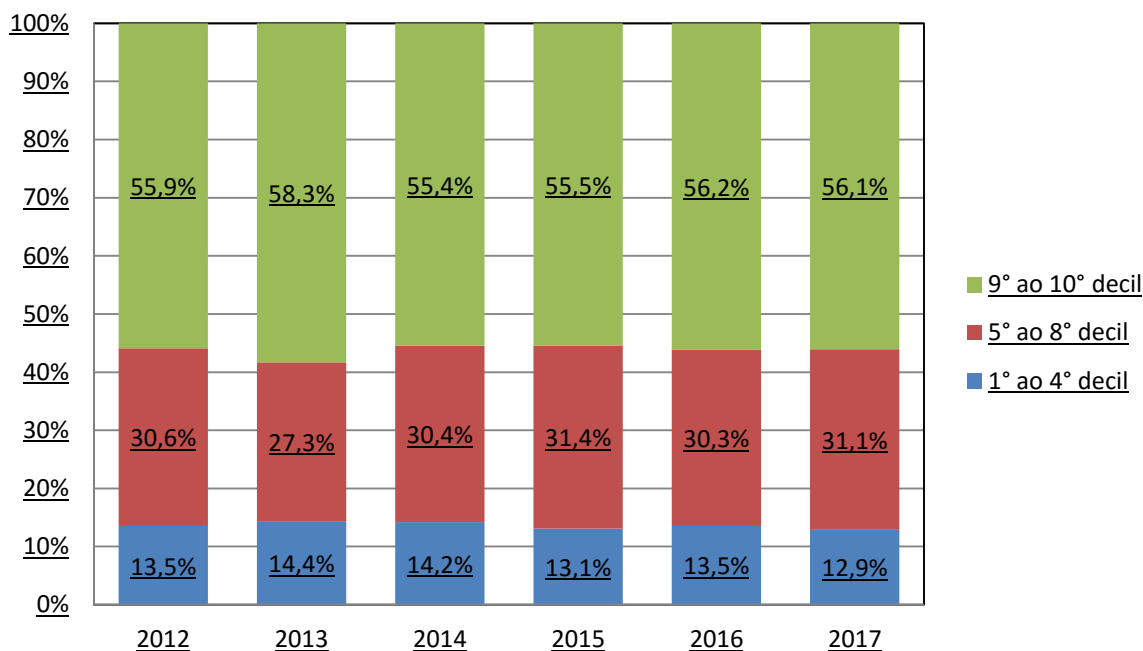
A PNAD Contínua monitora o comportamento da força de trabalho e outras informações que se mostram fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, mostrando indicadores e variações trimestrais da força de trabalho, através de uma amostra probabilística de domicílios, tirada de uma amostra mestra de setores censitários, para assim produzir resultados em diversos níveis geográficos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais. A população alvo engloba todas as pessoas moradoras de domicílios particulares permanentes da área de abrangência da pesquisa. Existem algumas observações críticas que defendem que as pesquisas domiciliares tendem a subestimar os rendimentos dos mais ricos, considerando assim uma menor concentração no topo. Apesar disso, seus dados

mostram-se mais práticos e simples de serem trabalhados, além da maior facilidade de obtenção dos mesmos para análise.

4. ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com os resultados obtidos pelos dados da população ocupada da PNAD Contínua, a análise dos gráficos nos transmite o assustador nível de desigualdade e concentração de renda presente no Brasil. Em todos os seis anos selecionados para estudo, o grupo dos 20% de maior rendimento (9º ao 10º decil), ou seja, o grupo mais rico da população brasileira detinha sozinho mais que a metade do rendimento total do país. Dessa forma, o grupo dos 40% de menor rendimento (1º ao 4º decil) e o grupo de rendimento médio, também representando 40% (5º ao 8º decil), mesmo que unidos, não conseguiam atingir nem metade do rendimento total. Isso nos mostra como no Brasil, apesar de algumas melhoras, ainda é um país com uma terrível e persistente distribuição de renda.

Gráfico 2 - Variação dos decis de renda no Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE

Vamos chamar o grupo de maior rendimento, ou seja, o grupo mais rico, de “Grupo A”; o grupo de rendimento médio de “Grupo B”, e o grupo de menor rendimento, isto é, o grupo mais pobre, de “Grupo C”. O Grupo A apresentou seu

maior nível de concentração em 2013, com 58,3% do rendimento total; o Grupo B em 2015 com 31,4%; e o Grupo C em 2013 com 14,3%. A evolução ao longo dos anos indica que o grupo mais rico recebeu em média 1,86 vezes a mais que o grupo médio. É ainda mais grave notar que esse mesmo grupo mais rico recebeu em média 4,14 vezes mais do que o grupo mais pobre. Já comparando o grupo médio e o mais pobre, o primeiro recebeu em média 2,22 vezes a mais que o segundo.

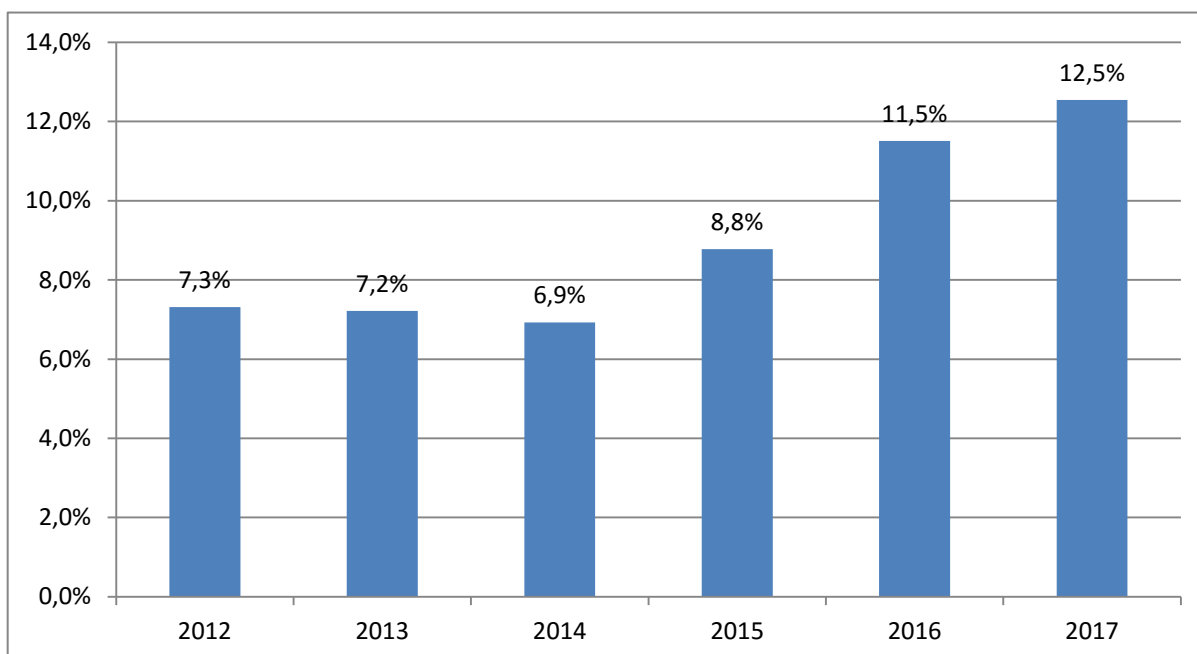
A diferença entre o grupo mais rico e o grupo mais pobre foi mais baixa em 2014 (Grupo A com 55,44% do total do rendimento e Grupo C com 14,19%) quando o mais rico recebia “apenas” 3,91 vezes a mais que o mais pobre; e mais alta em 2017 (Grupo A com 56,06% do rendimento total e Grupo C com 12,86%) quando o Grupo A recebia 4,36 vezes a mais. Em 2012 essa diferença foi de 4,13; em 2013: 4,06; 2015: 4,24; e 2016: 4,15. A diferença entre o maior grupo e o do meio foi mais baixa em 2015 (Grupo A com 55,46% do total do rendimento e Grupo B com 31,45%), em que o primeiro recebia em média 1,76 vezes a mais que o segundo; e mais alta em 2013 (Grupo A com 58,30% e Grupo B com 27,35%) quando o Grupo A recebia 2,13 a mais que o Grupo B. Já a diferença entre o grupo do meio e o menor, mostrou-se mais baixa em 2013 (Grupo B com 27,35% do rendimento total e Grupo C com 14,35%) com o primeiro recebendo 1,91 a mais que o segundo; e mais alta em 2017 (Grupo B com 31,07% e Grupo C com 12,86%) com o Grupo B recebendo 2,42 vezes a mais que o Grupo C.

Buscaremos relacionar esses fatos com fatores sociodemográficos, ou seja, algumas características próprias dos indivíduos, tanto as naturais, como sexo e cor/raça, quanto as adquiridas, como a escolaridade. Ao invés de analisar a evolução das desigualdades de renda entre os grupos sociais através de indicadores sintéticos, aqui são abordadas as diferenças entre os estratos de renda. Não é uma análise que explique o processo de diferenças, mas sim que permite mostrar que essas diferenças de fato existem e podem ser observadas.

Como esse gráfico do período fica difícil captar os efeitos sobre a distribuição da população ocupada. Vemos que há perda do rendimento do Grupo C, e o Grupo A sai favorecido com isso. Porém, observamos que essa perda do Grupo C é pequena, assim como o ganho do Grupo A também é pequeno. Isso é decorrente da minha análise para a distribuição de renda da população ocupada, pois os que mais sofrem os efeitos da crise são os que se tornam desocupados. Esses efeitos

contribuem mais para o aumento no desemprego, por exemplo, do que mudanças na distribuição de renda de quem estava ocupado.

Gráfico 3 - Evolução da população desocupada no Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE

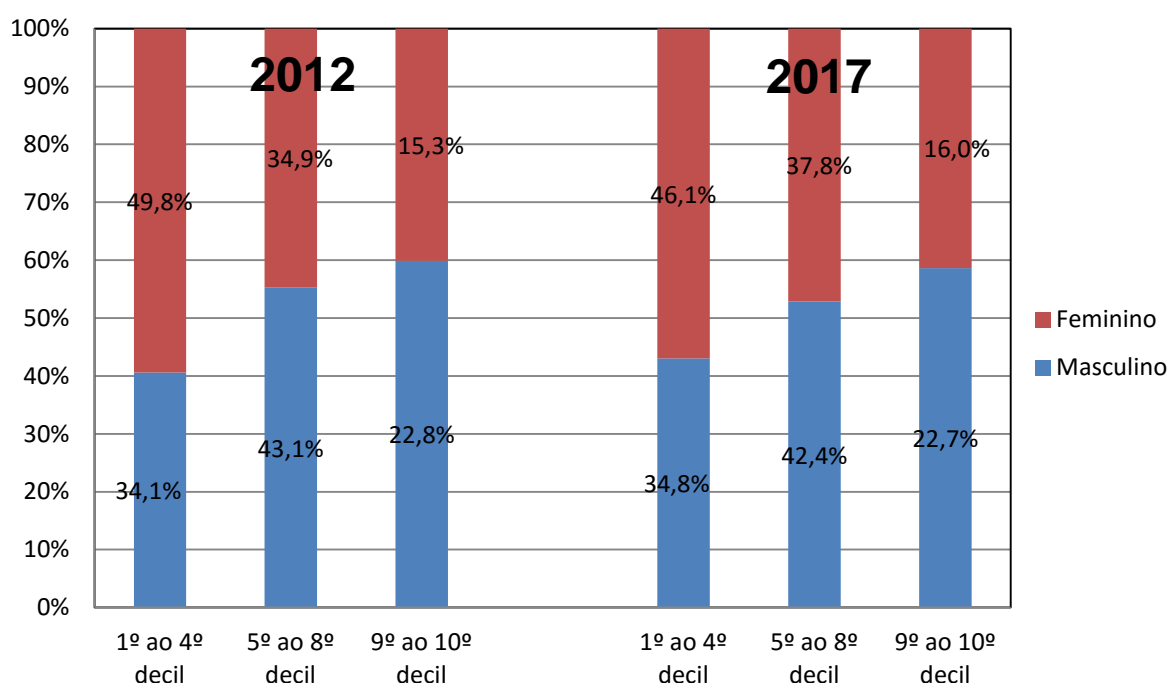
4.1 Análise dos fatores sociodemográficos

Ao longo desses seis anos de estudo, examinando alguns dos fatores sociodemográficos relacionados ao processo, tais como as variáveis sexo, cor/raça, e escolaridade, é possível tirar algumas conclusões importantes. Em todos os anos, no Grupo A (9º ao 10º decil) prevaleceram pessoas do sexo masculino, de cor/raça branca, e com ensino Superior completo. No Grupo B (5º ao 8º decil), em todos os anos, prevaleceram pessoas do sexo masculino, de cor/raça branca, com ensino Médio completo ou equivalente. Já o Grupo C (1º ao 4º decil), foi composto majoritariamente por pessoas do sexo feminino, de cor/raça parda e sem instrução ou menos de 1 ano de estudo, para todos os anos.

A evolução do período estudado para a distribuição da população, segundo o sexo, nos mostra que os homens aumentaram timidamente o peso no menor estrato de renda (de 34,1%, em 2012, para 34,8%, em 2017) com variação mínima em 2015 (32,7%) e máxima em 2016 (36,3%); diminuíram, também timidamente, no estrato intermediário (de 43,1%, em 2012, para 42,4%, em 2017) com variação mínima em

2013 (39,3%) e máxima em 2015 (43,9%); e mantiveram seu peso no estrato superior com pouquíssima variação no período, com 22,8% em 2012, e 22,7% em 2017, chamando atenção apenas na sua máxima em 2013 de 25,5%. Já as mulheres reduziram seu peso na base da pirâmide, de 49,8% em 2012 para 46,1% em 2017 (2017 foi o ano com o percentual mais baixo). Nos demais estratos, aumentaram sua posição relativa no segmento de renda intermediário de 34,9% em 2012 para 37,8% em 2017; e de 15,3% em 2012 para 16% em 2017 no segmento superior.

Gráfico 4 - Variação dos decis de renda no Brasil segundo o sexo

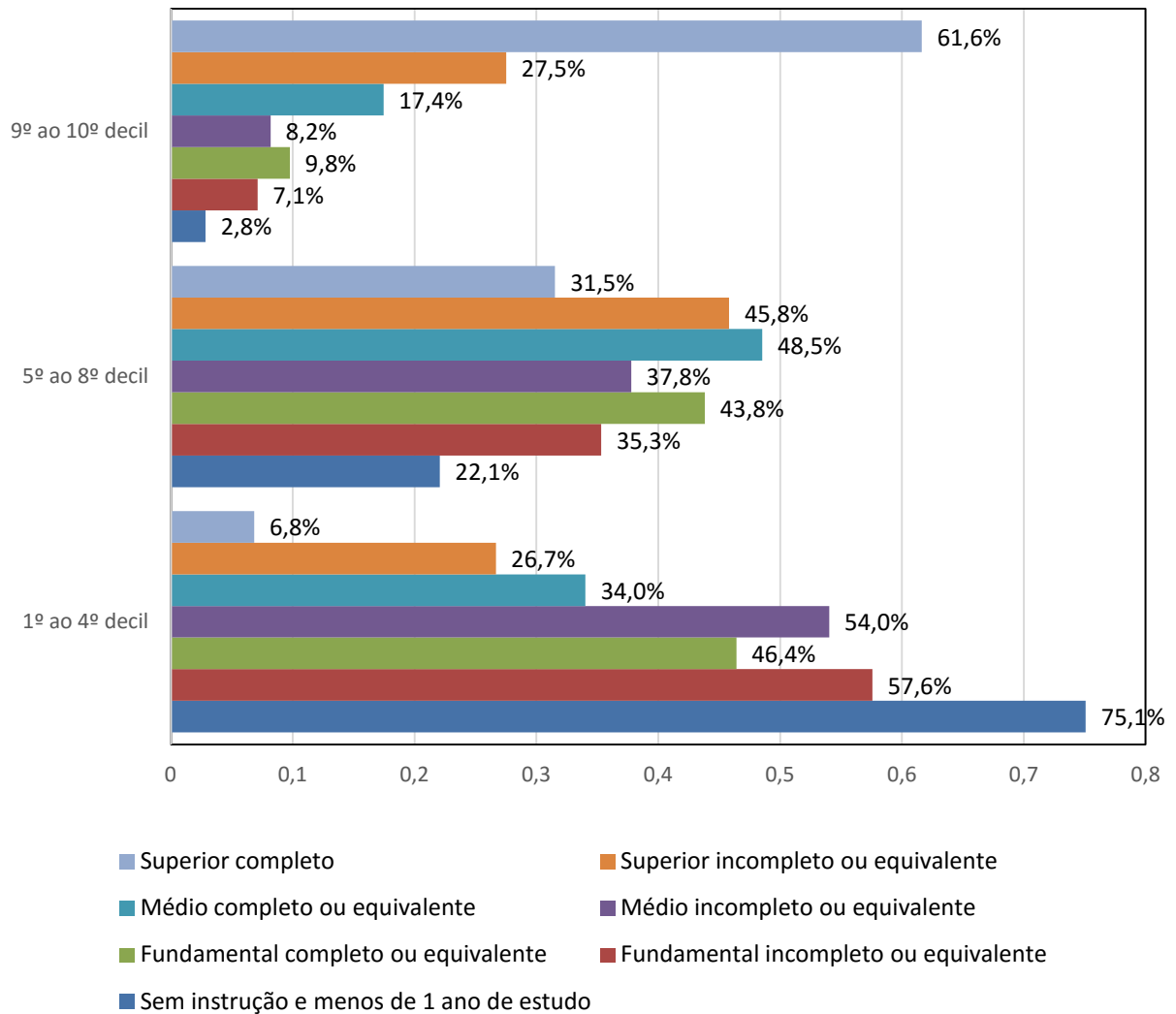


Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE

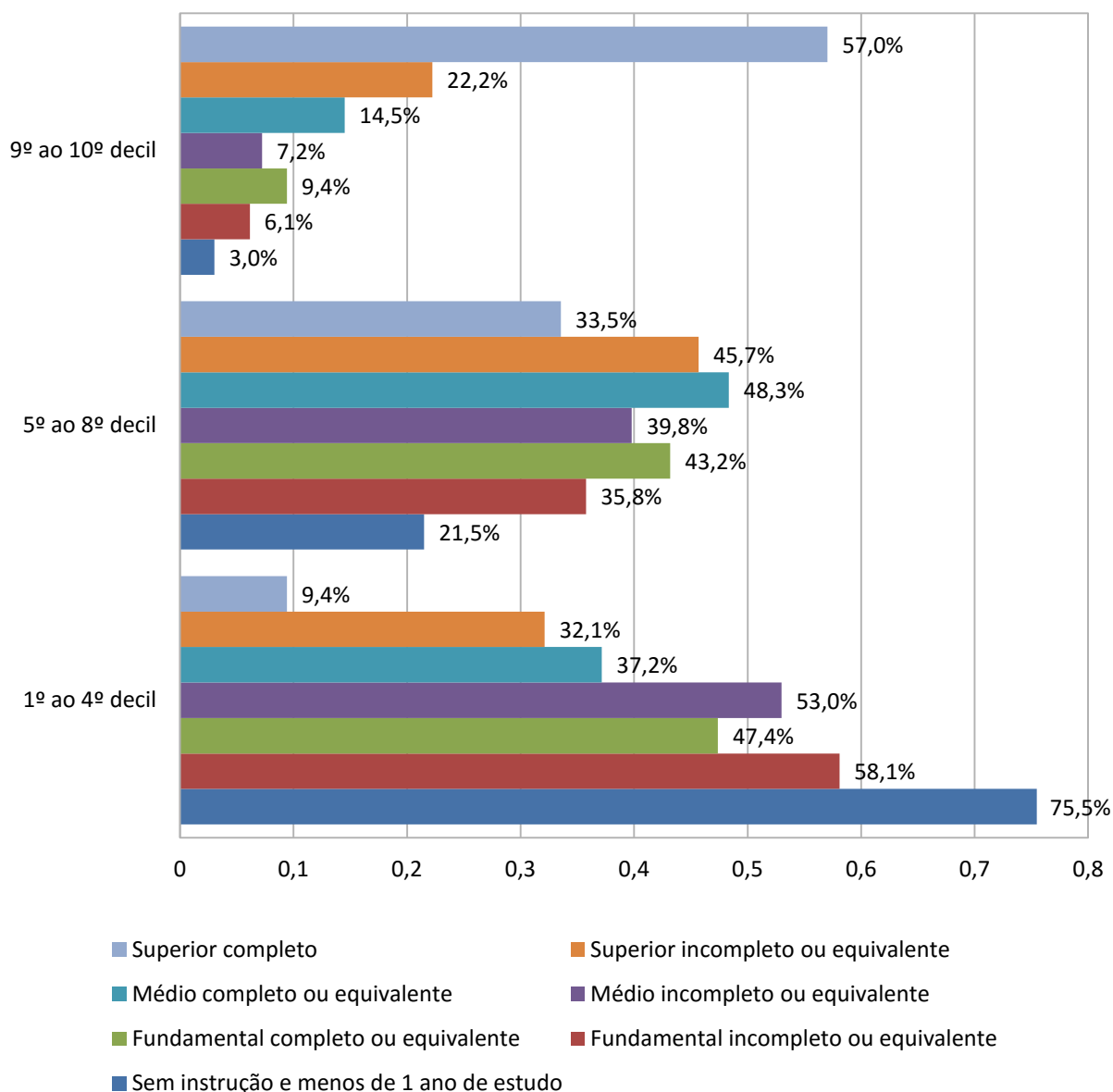
O próximo resultado nos mostra que de modo geral, houve melhora na taxa de escolaridade principalmente para o Grupo C. Ocorreu aumento de pessoas com ensino superior completo no segmento mais baixo (de 6,8% em 2012 para 9,6% em 2017) e intermediário (de 31,5% em 2012 para 33,5% em 2017), decrescendo apenas no segmento mais alto (de 61,6% em 2012 para 57% em 2017). Em relação às pessoas com ensino médio completo ou equivalente, o Grupo C aumentou de 34% em 2012 para 37,2% em 2017; o Grupo B reduziu de 48,5% em 2012 para 48,3% em 2017; e o Grupo A reduziu de 17,4% em 2012 para 14,5% em 2017. Para as pessoas de nível fundamental completo ou equivalente, o Grupo C aumentou de

46,4% em 2012 para 47,4% em 2017; o Grupo B reduziu de 43,8% em 2012 para 43,2% em 2017; já o Grupo A reduziu de 9,8% em 2012 para 9,4% em 2017.

Gráfico 5 - Variação dos decis de renda no Brasil segundo a escolaridade, em 2012



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE

Gráfico 6 - Variação dos decis de renda no Brasil segundo a escolaridade, em 2017

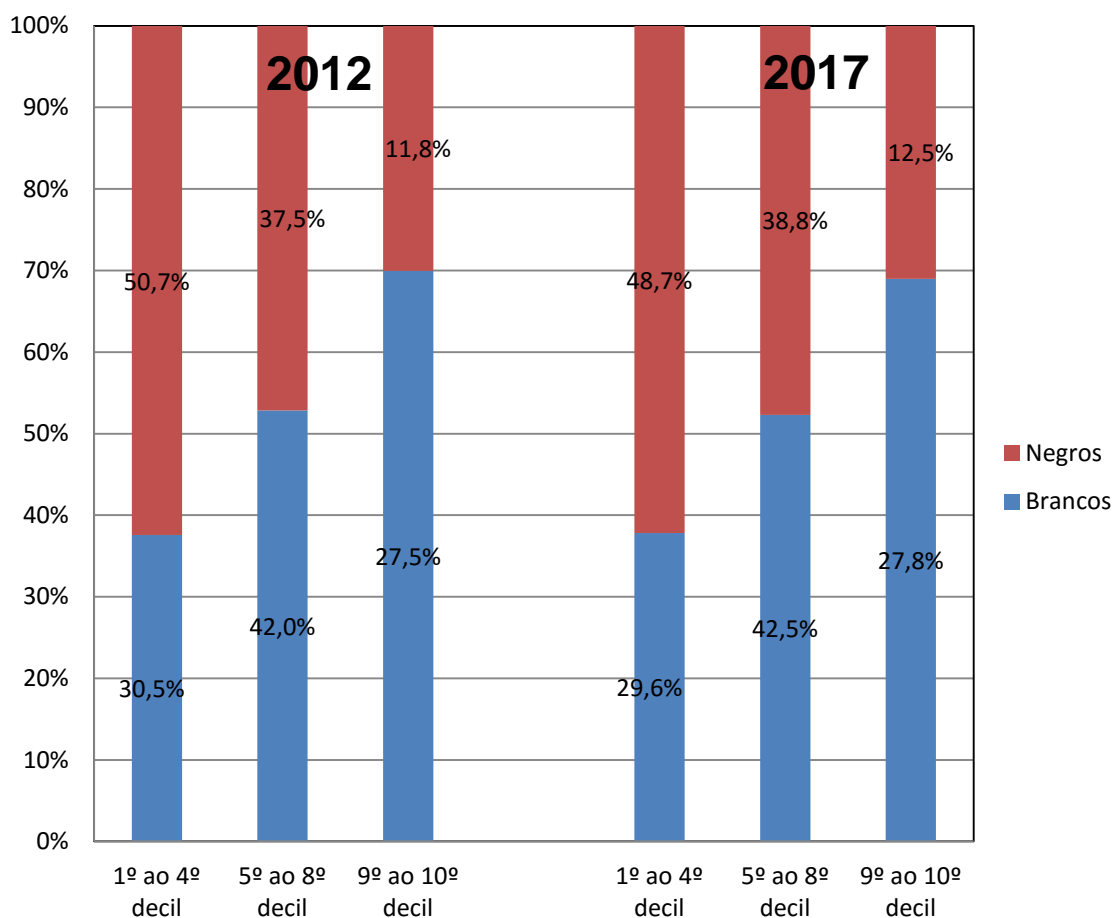
Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE

Apesar dos resultados representados nos gráficos, em relação à escolaridade, o Grupo C ainda concentra mais pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, e tem a menor concentração de pessoas com nível superior completo em todos os anos. No Grupo B, a maior concentração é de pessoas com nível médio completo ou equivalente, e a menor de pessoas sem instrução ou menos de 1 ano de estudo em todos os anos. Já o Grupo A tem a maior concentração de pessoas com nível superior completo, e concentra menos pessoas sem instrução ou menos de 1 ano de estudo em todos os anos. Sobre a escolaridade, um modelo bastante conhecido e também utilizado para estudo das diferenças de renda entre os

indivíduos é o da Teoria do Capital Humano, em que a cada ano a mais de escolaridade, o nível de remuneração do indivíduo aumenta (Schultz, 1961; Mincer, 1974). Segundo essa teoria, investimentos na educação contribuem para aperfeiçoar as habilidades dos indivíduos, os deixando mais produtivos, e podendo receber maiores remunerações. De acordo com Barros, Franco e Mendonça (2007b), um avanço educacional favorece a redução na desigualdade da renda do trabalho e também per capita. Alguns estudos apontam que a mão de obra que o mercado demanda, com base no fator escolaridade, implicitamente seleciona os indivíduos a partir de sua posição social, ou seja, aqueles que possuem os melhores atributos conquistados levam “vantagem”, ainda que seu nível de escolaridade seja maior que o requerido pela ocupação. (Collins, 1971; Bourdieu, 2007). Assim, as condições sociais dos indivíduos, compreendidas pela sua posição na estrutura social, acabam servindo como justificativa para sua inserção no mercado de trabalho e determinantes para explicação do nível de renda que obtêm.

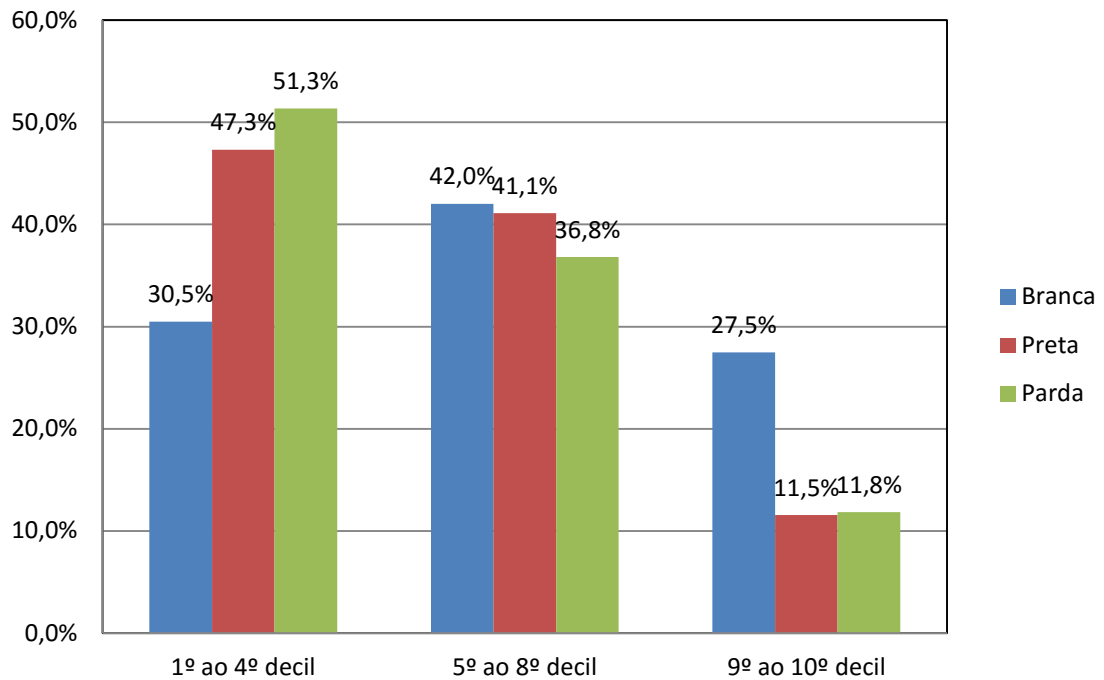
Ao estudar os fatores renda e escolaridade, as análises tendem a indicar que existe uma correlação positiva entre essas, assumindo que o nível de renda deriva, em grande parte, da escolaridade (Ribeiro, 2015). Entretanto, é importante ressaltar que grau de correlação não implica, necessariamente, relação de causalidade.

Agora de acordo com a variável cor/raça, podemos notar que os dados nos mostram certa “estabilidade” da desigualdade, praticamente sem mudanças. A população negra (considerando pessoas de cor preta e parda) aumentou seu peso relativo nos estratos de renda intermediário de 37,5% em 2012 para 38,8% em 2017, e superior de 11,8% em 2012 para 12,5% em 2017, e reduziu no inferior de 50,7% em 2012 para 48,7% em 2017, enquanto a população branca teve seu peso relativo reduzido no estrato inferior, de 30,5% em 2012 para 29,6 em 2017, aumentando timidamente no segmento intermediário de 42,0% em 2012 para 42,5% em 2017 e superior de 27,5% em 2012 para 27,8% em 2017. O Grupo C concentra mais pessoas negras do que brancas em todos os anos, enquanto nos Grupos B e A ocorre o contrário, concentrando mais pessoas brancas em todos os anos.

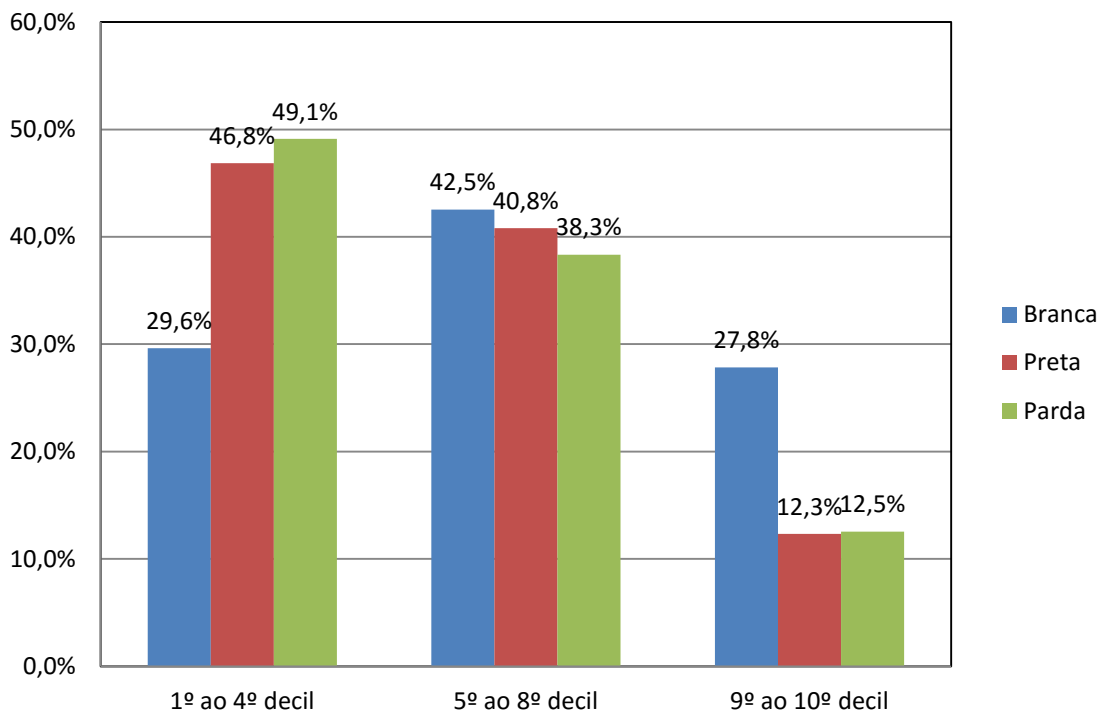
Gráfico 7 - Variação dos decis de renda no Brasil segundo a cor/raça

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE

Analisando separadamente os grupos dessa variável, consideramos para análise as pessoas declaradas brancas, pretas e pardas. Vemos que as pessoas declaradas pardas estão mais concentradas no Grupo C, embora tenha ocorrido queda de 51,3% em 2012 para 49,1% em 2017; e têm sua menor concentração de renda no Grupo A, ainda que tenha ocorrido um leve aumento de 11,8% para 12,5%. As pessoas declaradas pretas apresentaram o mesmo comportamento, sendo mais concentradas no Grupo C com queda de 47,3% em 2012 para 46,8% em 2017; e menos concentradas no Grupo A com aumento de 11,8% em 2012 para 12,5% em 2017.

Gráfico 8 - Variação dos decis de renda no Brasil segundo a cor/raça, em 2012

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE

Gráfico 9 - Variação dos decis de renda no Brasil segundo a cor/raça, em 2017

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE

Vemos a mulher e os negros ocupando um espaço cada vez maior no mercado de trabalho, ainda que os aumentos sejam pequenos. Entretanto, é importante chamar a atenção que essa inclusão não é sinônimo de igualdade de

oportunidade, remuneração ou qualidade de emprego, e os diferenciais ainda são muito elevados.

4.2 Análise regional dos dados

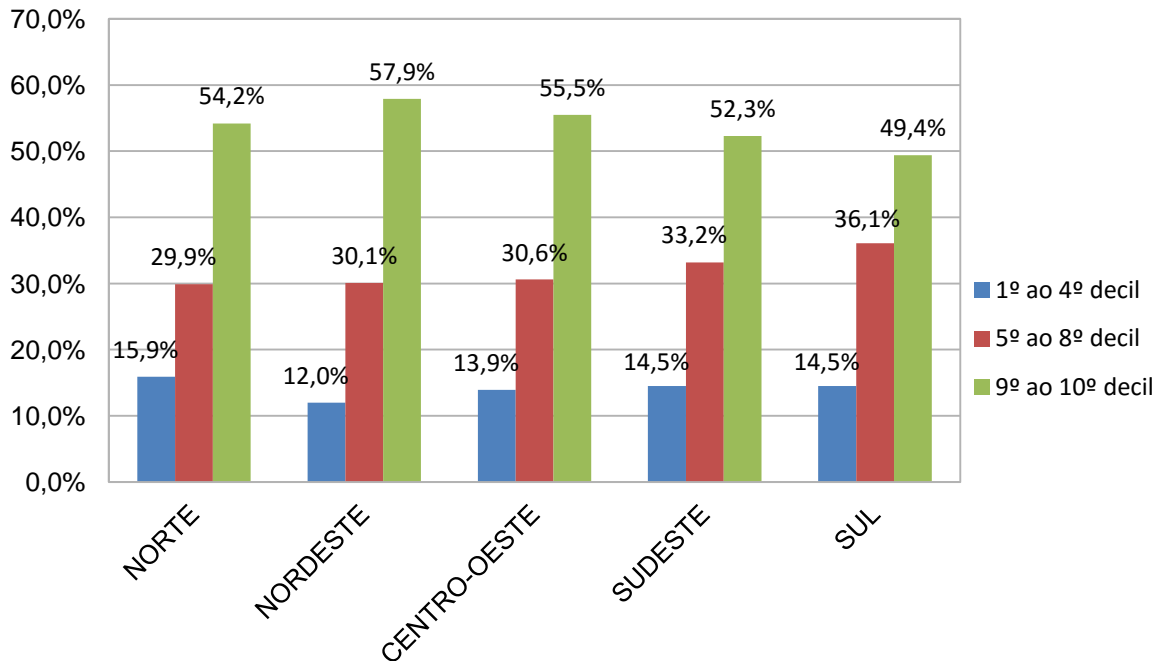
Sobre o aspecto regional, existem conceitos que costumam caminhar juntos, apesar de terem algumas diferenças entre si, por exemplo, em relação a desequilíbrios e desigualdades regionais. Os desequilíbrios regionais vêm da existência de vantagens especialmente econômicas. Já as desigualdades regionais integram o social e econômico, apesar de a perspectiva social parecer protagonista em boa parte dos casos. Mesmo assim, existe uma interação entre os dois conceitos, da perspectiva econômica dos desequilíbrios regionais com a perspectiva social das desigualdades regionais (SILVA, S; SILVA, B; COELHO, 2008, p. 16-17).

Analisando a evolução dos anos por um olhar regional, ou seja, examinando as cinco grandes regiões do país (Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), com base nos gráficos, rapidamente podemos observar a disparidade entre os grupos, com o grupo do maior decil predominando em todas as Regiões, em todos os anos, seguido pelo de rendimento intermediário, conforme gráficos 9 e 10. Observamos que o Grupo C diminuiu seu peso nas Regiões Norte e Nordeste de 2012 para 2017, aumentou na Região Sul, e não teve grandes variações no Sudeste e Centro-Oeste. O Grupo B por outro lado diminuiu seu peso no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, aumentou seu peso apenas no Norte, e manteve seu rendimento no Nordeste. Já o Grupo A diminuiu seu peso apenas na Região Norte, aumentando a concentração nas demais regiões.

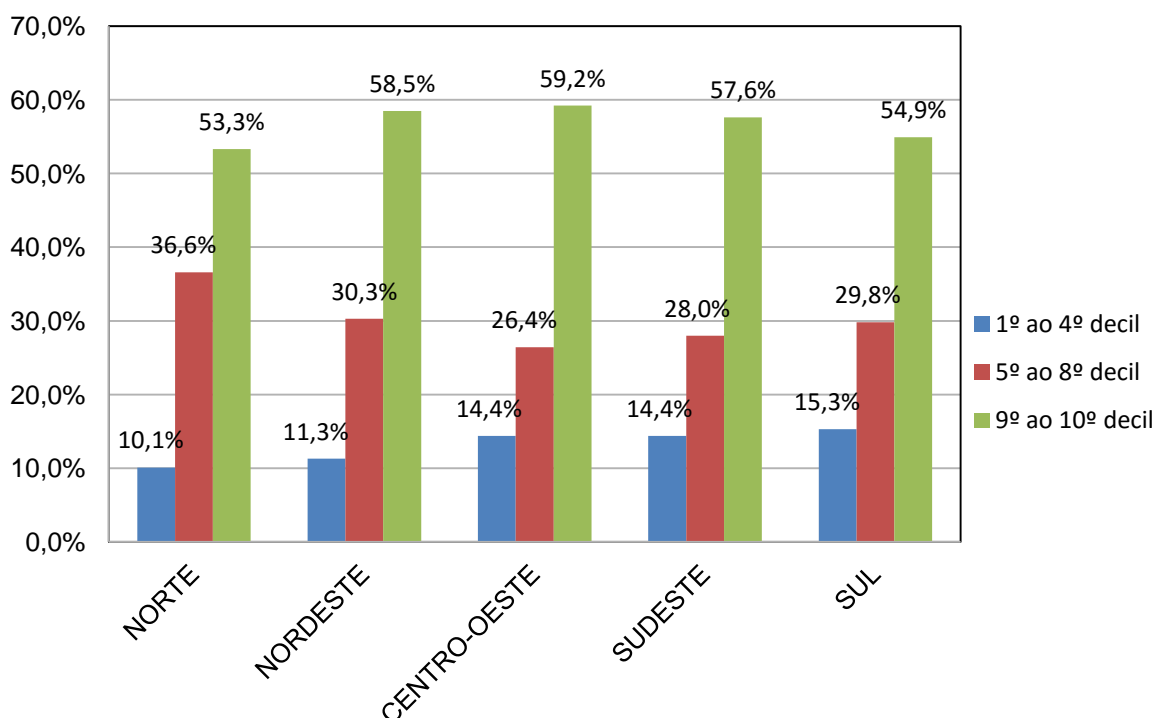
Podemos concluir que, em nível regional, a disparidade de renda, assim como a nível nacional, também é bastante elevada. Em 2012 o grupo de maior rendimento teve seu valor mais alto na Região Nordeste (57,9%) e o menor no Sul do país (49,4%). Em 2017, este mesmo grupo teve seu valor mais elevado no Centro-Oeste (59,2%), embora tenha apresentado altos valores também no Nordeste e Sudeste; e menor valor no Norte (53,3%). Em 2012, a Região Norte possuía a maior concentração de pessoas com menor rendimento (15,9%). Em 2017, esta Região obteve melhora concentrando 10,1%, enquanto nesse mesmo ano a Região Sul possuía a maior concentração de pessoas desse grupo (15,3%). A média de concentração das Regiões em 2012 para o grupo de menor rendimento era de

apenas 14%; para o de rendimento intermediário 32%; e para grupo o de maior rendimento 54%. Em 2017, essas médias foram respectivamente: 13%, 30% e 57%, diminuindo para os dois menores grupos, e aumentando para o Grupo A, reforçando ainda mais a concentração de renda no grupo, com mais da metade do rendimento total.

Gráfico 10 - Variação dos decis de renda para as grandes regiões do Brasil em 2012



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE

Gráfico 11 - Variação dos decis de renda para as grandes regiões do Brasil em 2017

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE

REGIÃO NORTE

Podemos fazer também uma análise um pouco mais detalhada, relacionando os dados regionais com as variáveis sociodemográficas. Assim, temos que, em 2012, na Região Norte, em todos os três grupos de rendimento o percentual de pessoas do sexo masculino era maior que o do sexo feminino. O que chama atenção é que nos grupos de maior rendimento e de rendimento intermediário, a diferença é muito elevada, com o percentual chegando a ser mais que o dobro ao comparar as duas categorias (Grupo A: masculino com 67,6% e feminino 32,4%). Separadamente, a categoria de ambos os sexos concentra mais pessoas do Grupo C, e menos do Grupo A, embora o sexo masculino concentre quase o mesmo percentual do Grupo C (40,9%) e do Grupo B (39,3%). Agora em 2017, nessa mesma Região, o comportamento da categoria de pessoas do sexo masculino continua o mesmo, sendo bem maior que o percentual feminino. Separadamente, ambas categorias concentram menos do Grupo A, porém, diferentemente de 2012, agora concentram mais do grupo de rendimento intermediário.

Sobre a cor/raça, as pessoas declaradas pardas são maioria nos três grupos de renda, seguidas pelas brancas, apesar de a diferença ser bastante elevada entre as duas categorias. Mesmo assim, as pardas correspondem a mais da metade do total. No grupo C, as pardas correspondem a 75,3% do total; brancas 17,5%; pretas 6,3%. Separadamente as categorias Preta e Parda concentram mais pessoas do Grupo C (Preta 42,2%; Parda 48,6%), e a Branca do Grupo B 37,3%; e todas concentram menos do Grupo A (Branças 27,7%; Pretas 17%; Pardas 15,3%). Na variável de cor/raça, pessoas pardas ainda são maioria nos três grupos em 2017. Separadamente, todas as categorias concentram mais pessoas do grupo de rendimento intermediário (Branca 16,8%; Preta 46,1%; Parda 47,8%). Como em 2012, a menor concentração para as categorias é de pessoas do Grupo A (Branças 26,3%; Pretas 18,2%; Pardas 15,1%).

Sobre a escolaridade, o grupo de menor rendimento concentra mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente, com 39,9%; e menos pessoas com ensino Superior completo, com apenas 1,4%. O Grupo de maior rendimento concentra mais pessoas com ensino Superior completo, com 36%, e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, com 2,5%. Nas categorias separadas, chama atenção observar a diferença numérica, em que a de ensino superior completo concentram mais pessoas do Grupo A, com 63,4%, e menos do Grupo C, com 6%, ao contrário de Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e a de ensino Fundamental incompleto ou equivalente (Grupo A com 5,3% e 7,6% respectivamente; e Grupo C 68,3% e 61,3%). Em 2017, o grupo de menor rendimento ainda concentra mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente, com 41,6%; e menos pessoas com ensino Superior completo com, apenas 2,1%. O Grupo de maior rendimento concentra mais pessoas com ensino Superior completo, com 48,5%, e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, com 1,6%. Nas categorias separadas, o mesmo comportamento foi mantido, a de ensino superior completo concentra mais pessoas do Grupo A, com 59%, e menos do Grupo C, com 4,9%, ao contrário de pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, e de ensino Fundamental incompleto ou equivalente (Grupo A com 4,6% e 6,5% respectivamente; e Grupo C 62,3% e 53,7%).

REGIÃO NORDESTE

Analisando a Região Nordeste, em 2012, para todos os três grupos de rendimento o percentual de pessoas do sexo masculino era maior que o do sexo feminino, com a diferença também bastante elevada. Separadamente, a categoria do sexo masculino concentrava mais pessoas do Grupo B com 40,9%, enquanto a de sexo feminino, do Grupo C com 42,8%. As duas categorias têm sua menor concentração no Grupo A (masculino com 21,7% e feminino com 18%). Em 2017, o comportamento da categoria de pessoas do sexo masculino continua o mesmo, sendo maior que o percentual feminino. Separadamente, ambas categorias possuem menos pessoas do Grupo A, porém, o grupo masculino concentra mais do Grupo B (40,3%), e o feminino, mais do Grupo C (40,8%), com uma mínima diferença de concentração para o grupo B (48,6%).

Sobre a cor/raça, as pessoas declaradas pardas correspondem a mais da metade do total de pessoas, nos três grupos de renda, seguidas pelas brancas. Separadamente, a categoria Parda concentrava mais pessoas do Grupo C com 42,6% (apesar de o número de pessoas do Grupo B ser também bastante elevado com 40,8%), e a Branca e Preta, mais do Grupo B com 38,7% e 40,6%, respectivamente (embora o número de pessoas do Grupo C na categoria Preta seja quase igual ao Grupo B, com 39,8%); as três categorias estão concentram menos pessoas do Grupo A (Branças 28,8%; Pretas 19,6%; Pardas 16,6%). Em 2017, na variável de cor/raça, pessoas pardas são maioria nos três grupos. Separadamente, todas as categorias têm menos pessoas do Grupo A (Branças 29,9%; Pretas 16,9%; Pardas 17,1%). As pessoas brancas concentram mais do Grupo intermediário (38,4%); as pretas estão bem distribuídas no grupo de menor rendimento (41,1%) e rendimento intermediário (42,2%), assim como as pardas (42%) e (40,9%).

Sobre a escolaridade, o grupo de menor rendimento concentra mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente (43,8%), e menos pessoas com ensino Superior completo com apenas 1%. O Grupo de maior rendimento concentra mais pessoas com ensino Superior completo com 37,6% e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo com 2%. Nas categorias separadas, a de ensino superior completo concentrava mais pessoas do Grupo A, com 73%, e menos do Grupo C, com 3,8%. As pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e a de ensino Fundamental incompleto ou equivalente concentravam menos pessoas do Grupo A com 3,8% e 7,5% respectivamente; e mais do Grupo C (71,6% e 57,3%).

Em 2017, o grupo de menor rendimento concentra mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente (40,9%), e menos pessoas com ensino Superior completo com 2%. O Grupo de maior rendimento concentra mais pessoas com ensino Superior completo, com 47%, e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, com 1,3%. Nas categorias separadas, a de pessoas com ensino superior completo concentra mais do Grupo A, com 66%, e menos do Grupo C, com 5,3%, enquanto nas de pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e de ensino Fundamental incompleto ou equivalente concentram 3,5% e 6,6% de pessoas do Grupo A, respectivamente, e 72,9% e 59,5%, do Grupo C.

REGIÃO SUDESTE

Em 2012, na Região Sudeste, o grupo de menor rendimento concentra mais pessoas do sexo feminino (55,6%), enquanto nos demais rendimentos, a proporção do sexo masculino é maior, com destaque para o grupo A, cujo valor é o dobro do sexo feminino (masculino com 67,9% e feminino com 32,1%). Separadamente, a categoria de sexo masculino concentra mais pessoas do Grupo B (47,5%), e menos do Grupo A (21%). Já a de sexo feminino concentra mais do Grupo C, com mais da metade do valor total (52,5%), e menos pessoas do Grupo A (13,2%). Agora em 2017, o comportamento das categorias de pessoas do sexo masculino e feminino continua o mesmo, com mais pessoas do sexo feminino no Grupo C, e mais pessoas do sexo masculino nos Grupos B e A. Separadamente, as duas categorias concentram menos pessoas do Grupo A (masculino 25,6% e feminino 16,7%); o grupo de sexo masculino possui mais pessoas do Grupo B (40,5%), enquanto as de sexo feminino, do Grupo C (50,2%).

Sobre a cor/raça, as pessoas declaradas brancas são maioria nos três grupos de renda, seguidas pelas pardas. É importante observar que as pessoas brancas representam nos Grupos B e A mais da metade do número total de pessoas nesses grupos (56,7% e 75,1%, respectivamente). O Grupo C também possui alta concentração de pessoas pardas (42,5%). Analisando separadamente, a categoria Branca concentra mais pessoas do Grupo B (42,6%) e menos do Grupo A (23,8%); as categorias Preta e Parda concentram mais do Grupo C (Preta: 50,8%; Pardas: 49,5%), e menos do Grupo A (Preta: 9,1%; Parda: 9,4%). Na variável cor/raça, pes-

soas pardas são maioria no grupo de menor rendimento (44,6%), embora haja grande concentração de pessoas brancas (42,8%). Nos demais grupos de rendimento, prevalecem pessoas de cor branca, representando mais da metade do total de pessoas. Separadamente, na categoria de cor branca, estão mais presentes pessoas do Grupo B (37,1%), e menos do Grupo A (28,9). Na categoria Preta, estão mais presentes pessoas do grupo C (49,5%), e menos do Grupo A (12,1%). O mesmo comportamento é observado na categoria Parda, com mais pessoas do Grupo C (49,4%), e menos do Grupo A (13,2%).

Sobre a escolaridade, o grupo de menor rendimento concentra mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente (34,5%), e menos pessoas com ensino Superior completo (3,5%). O Grupo de maior rendimento concentra mais pessoas com ensino Superior completo, com 54,9%, e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo com apenas 0,4%. Nas categorias separadas, a de ensino superior completo concentra mais pessoas do Grupo A, com 54,5%, e menos do Grupo C, com 7,9%, enquanto a Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e de ensino Fundamental incompleto ou equivalente têm a concentração de 2% e 4,9% de pessoas do Grupo A, respectivamente, e 70,8% e 59,5% de pessoas do Grupo C, respectivamente. Em 2017, os grupos de menor rendimento e o de rendimento intermediário concentram mais pessoas com ensino Médio completo ou equivalente com 35,6% e 42% respectivamente; e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo com 3,8% e 1,3% respectivamente. O Grupo de maior rendimento concentra mais pessoas com ensino Superior completo (58,4%), com mais da metade do total do grupo; e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo com apenas 0,3%. Nas categorias separadas, a de ensino superior completo concentra mais pessoas do Grupo A com 58,2% e menos do Grupo C com 11%. As categorias Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e de ensino Fundamental incompleto ou equivalente concentram mais pessoas do Grupo C com 72,9% e 60,5% respectivamente; e menos do Grupo A com 3,5% e 6,2% respectivamente.

REGIÃO SUL

Na Região Sul, em 2012, o grupo C concentra mais pessoas do sexo feminino (55,8%), enquanto nos demais rendimentos, a proporção do sexo masculino é

maior, com destaque para o Grupo A, cujo valor é mais que o dobro do sexo feminino (masculino com 69,1% e feminino com 30,9%). Separadamente, a categoria de sexo masculino concentra mais pessoas do Grupo B (49,1%), e menos do Grupo A (20,7%). Já a de sexo feminino possui mais pessoas do Grupo C, com mais da metade do valor total (51,3%), e menos pessoas do Grupo A (12,5%). Agora em 2017, o comportamento das categorias de pessoas do sexo masculino e feminino continua o mesmo, com mais pessoas do sexo feminino no Grupo C, e mais pessoas do sexo masculino nos Grupos B e A. Separadamente, as duas categorias concentram menos pessoas do Grupo A (masculino 26,5% e feminino 17,7%). O grupo de sexo masculino possui mais pessoas do Grupo B (41%), enquanto as de sexo feminino, do Grupo C (49,5%).

Sobre a cor/raça, as pessoas declaradas brancas são maioria absoluta nos três grupos de renda, com destaque para o grupo de maior rendimento, com 88,1% do total. Nos Grupos C e B representam, respectivamente, 74% e 81,6%. Separadamente, a categoria Branca concentra mais pessoas do Grupo B (44,6%) e menos do Grupo A (19%); as categorias Preta e Parda concentram mais do Grupo C (Preta: 50,2%; Parda: 51%), e menos do Grupo A, ambos com 9,6% apenas. Na variável cor/raça, pessoas brancas ainda são a grande maioria em todos os grupos de rendimento (Grupo C: 70,5%; Grupo B: 76,4%; Grupo A: 87,1%). A Região Sul possui a menor concentração de pessoas pardas e pretas. No Grupo C, em 2017, os pretos eram 5,4% e os pardos 23,4%; no Grupo B, 4,3% e 18,7%, respectivamente; já no Grupo A, 2,4% e 9,7%. Separadamente, na categoria de cor branca, a quantidade de pessoas dos Grupos C (36,8%) e B (37,4%) são bem próximas; contendo menos pessoas do Grupo A (25,8%). Na categoria Preta, estão mais presentes pessoas do grupo C (50,2%), e menos do Grupo A (12,8%). Comportamento bastante parecido é observado na categoria Parda, com mais pessoas do Grupo C (50,4%), e menos do Grupo A (17,8%).

Sobre a escolaridade, o Grupo C concentra mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente (37,4%), e menos pessoas com ensino Superior completo (3,2%). O Grupo de maior rendimento concentra mais pessoas com ensino Superior completo com 44,9% e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo com apenas 0,7%. Nas categorias separadas, a de ensino superior completo concentra mais pessoas do Grupo A, com 50,9%, e menos do Grupo C, com

8,2%, enquanto a Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e a de ensino Fundamental incompleto ou equivalente têm a concentração de 3,8% e 6,8% de pessoas do Grupo A, respectivamente, e 68,2% e 53,7% de pessoas do Grupo C. Em 2017, o grupo de menor rendimento concentra mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente (31,5%), sendo bem dividido com pessoas de ensino Médio completo ou equivalente, com 29,5%; e concentra menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo (3,6%). O Grupo de maior rendimento concentra mais pessoas com ensino Superior completo (50%), e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, com 0,5%. Nas categorias separadas, a de ensino superior completo concentra mais pessoas do Grupo A, com 57%, e menos do Grupo C, com 11,7%. As categorias Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e de ensino Fundamental incompleto ou equivalente concentram mais pessoas do Grupo C com 69% e 55,3% respectivamente; e menos do Grupo A, com 5% e 9,7% respectivamente.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Por fim, na Região Centro-Oeste, em 2012, temos que o grupo C concentrava mais pessoas do sexo feminino (55,2%), enquanto nos demais rendimentos, a proporção do sexo masculino era maior, com destaque para o Grupo B, cujo valor é mais que o dobro do sexo feminino (masculino com 69,1% e feminino com 30,9%). Separadamente, a categoria de sexo masculino concentra mais pessoas do Grupo B (47,8%), e menos do Grupo A (20,5%). Já a de sexo feminino possui mais pessoas do Grupo C, com mais da metade do valor total (55,2%), e menos pessoas do Grupo A (14,6%). Agora em 2017, a distribuição de pessoas do sexo masculino e feminino continua o mesmo, com mais pessoas do sexo feminino no Grupo C, e mais pessoas do sexo masculino nos Grupos B e A. Separadamente, as duas categorias concentram menos pessoas do Grupo A (masculino 24,9% e feminino 18,4%). O grupo de sexo masculino possui mais pessoas do Grupo B (40,2%), enquanto as de sexo feminino, do Grupo C (51,6%).

Sobre a cor/raça, as pessoas declaradas pardas são maioria nos Grupos C (57,2%) e B (54,2%), seguidas pelas brancas (Grupo C: 33,8%; Grupo B 37,5%). No Grupo A ocorre o contrário, com mais pessoas brancas (55,9%), seguidas pelas par-

das (38,1%). Separadamente, a categoria Branca concentra mais pessoas do Grupo B (38,7%), embora tenha um percentual parecido do Grupo C (35,6%); e menos do Grupo A (25,7%); as categorias Preta e Parda concentram mais do Grupo C (Preta: 46,3%; Parda: 45,1%), e menos do Grupo A (Preta: 12%; Parda: 13,1%). Na variável cor/raça, pessoas pardas representam mais da metade da população nos Grupos C (58%) e B (54,3), seguidos pelas brancas (31,1% no Grupo C; 35,8% no Grupo B). No Grupo A, as pessoas brancas representam 49,6%, e as pardas 41,4%, sendo bem distribuídas quando comparadas. Separadamente, na categoria de cor branca, há equilíbrio de pessoas dos Grupos C (35,6%) e B (34,7%); contendo menos pessoas do Grupo A (29,8%). Na categoria Preta, estão mais presentes pessoas do grupo C (47%), e menos do Grupo A (16,8%). Comportamento bem parecido com o observado na categoria Parda, com mais pessoas do Grupo C (46,1%), e menos do Grupo A (17,3%).

Sobre a escolaridade, o Grupo C concentra mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente (34,6%), e menos pessoas com ensino Superior completo (2,7%). O Grupo de maior rendimento concentra mais pessoas com ensino Superior completo, com 51,5%, e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, com apenas 0,7%. Nas categorias separadas, a de ensino superior completo concentra mais pessoas do Grupo A, com 60%, e menos do Grupo C, com 7,2%, enquanto a Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e a de ensino Fundamental incompleto ou equivalente têm a concentração de 2,4% e 6,1% de pessoas do Grupo A, respectivamente, e 69,1% e 54,3% de pessoas do Grupo C. Em 2017, o grupo de menor rendimento concentra mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente (31,3%), concentrando quase o mesmo número de pessoas com ensino Médio completo ou equivalente (29,8%); e menos pessoas com ensino superior completo (5,9%) e Sem instrução e menos de 1 ano de estudo (6,1%). O Grupo de maior rendimento concentra mais pessoas com ensino Superior completo (55,2%), e menos pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, com 0,8%. Nas categorias separadas, a de ensino superior completo concentra mais pessoas do Grupo A, com 58,7%, e menos do Grupo C, com 11,9%. As categorias Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e de ensino Fundamental incompleto ou equivalente concentram mais pessoas do Grupo C, com 67,4% e 56% respectivamente; e menos do Grupo A, com apenas 4,6% e 8,6% respectivamente.

4.3 Comparativo das Regiões

Fazendo um balanço comparativo geral, temos que na Região Norte, a proporção de pessoas do sexo masculino continua maior que a do feminino no conjunto dos grupos. A mudança da variável sexo está no fato de que, ambas as categorias passaram a concentrar mais pessoas do grupo de rendimento intermediário ao invés do grupo de menor rendimento. De 2012 a 2017, a configuração em relação à cor/raça também se manteve, com uma proporção maior de pessoas pardas em relação às demais. Porém, observamos que as pessoas declaradas pretas, assim como as pardas, passaram a concentrar mais pessoas do Grupo B, ao invés do Grupo C. Quanto à escolaridade, o Grupo C continua concentrando mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente e menos pessoas com ensino superior completo. O Grupo A também manteve seu comportamento, o qual é o inverso do Grupo C. Entretanto, houve redução do número de pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e com ensino Fundamental incompleto ou equivalente, e houve aumento de pessoas com ensino superior completo em todos os grupos.

No Nordeste, a proporção de pessoas do sexo masculino continua maior que a do feminino em todos os grupos, assim como a configuração da concentração dos grupos, em que tanto a categoria de sexo masculino quanto a de sexo feminino apresentaram equilíbrio de pessoas do Grupo C e B. A proporção de pessoas pardas também manteve-se maior que às demais, e de 2012 a 2017, tanto para as pretas quanto para as pardas, a concentração de pessoas do Grupo C e B continuou também bastante equilibrada. Quanto à escolaridade, o Grupo C continua concentrando mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente e menos pessoas com ensino superior completo. O Grupo A também manteve seu comportamento, o qual é o inverso do Grupo C. Entretanto, houve redução do número de pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo e com ensino Fundamental incompleto ou equivalente, e houve aumento de pessoas com ensino superior completo. É interessante observar que a quantidade de pessoas dos grupos de menor rendimento e de rendimento intermediário quase duplicou na categoria de ensino superior.

O Sudeste também apresentou o mesmo panorama em relação ao sexo, com um maior número de pessoas do sexo feminino no Grupo C, e maior número do masculino nos demais. Além disso, a categoria de sexo masculino continua concen-

trando mais pessoas do Grupo de rendimento intermediário, enquanto no sexo feminino, a maior concentração continuou sendo de pessoas do Grupo C. Em relação à cor/raça, houve tímida mudança com o grupo C concentrando agora mais pessoas declaradas pardas ao invés de brancas, mesmo ainda tendo um equilíbrio entre elas. Nos demais grupos, mais da metade da população ainda é composta por pessoas brancas. Quanto à escolaridade, observamos que no Grupo C, apesar de apresentar certo equilíbrio entre pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente e Médio completo ou equivalente, passou a apresentar em 2017, mais pessoas desta última categoria. Observamos também que a categoria de ensino superior completo aumentou a concentração de pessoas do grupo de menor rendimento.

No Sul, assim como no Sudeste, apresentou o mesmo comportamento em relação ao sexo, com um maior número de pessoas do sexo feminino no Grupo C, e maior número do masculino nos demais. Da mesma forma, a categoria de sexo masculino continua concentrando mais pessoas do Grupo de rendimento intermediário, enquanto no sexo feminino, a maior concentração continuou sendo de pessoas do Grupo C. Quanto à cor/raça, nos três grupos de rendimento, as pessoas brancas representam mais da metade da população total. Comparada às outras regiões, a Região Sul é a que parece ser a mais desigual em relação a essa variável. Vemos ainda que na categoria branca, houve diminuição de pessoas do grupo de rendimento intermediário, e aumento de pessoas do grupo de maior rendimento. Sobre a escolaridade, apesar do Grupo C continuar apresentando mais pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente, houve aumento de pessoas com ensino Médio completo ou equivalente. Nas categorias separadas, houve redução do número de pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, e com ensino Fundamental incompleto ou equivalente, e houve aumento de pessoas com ensino superior completo em todos os grupos. Chama atenção a redução do número total de pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo de 2012 (408.932) a 2017 (284.871).

A Região Centro-Oeste também continuou apresentando um maior número de pessoas do sexo feminino no Grupo C, e maior número do masculino nos demais. Além disso, a categoria de sexo masculino continua concentrando mais pessoas do Grupo de rendimento intermediário, enquanto no sexo feminino, a maior concentração continuou sendo de pessoas do Grupo C. As pessoas declaradas pardas repre-

sentam mais da metade do total da população nos grupos C e B, enquanto no Grupo A, a maioria é composta pelas brancas. O que chama atenção na variável cor/raça é o aumento de pessoas declaradas pretas no grupo de maior rendimento (60.835 em 2012; 110.052 em 2017). Em 2012, pessoas com ensino Fundamental incompleto ou equivalente eram maioria no Grupo C. Em 2017, apesar de ainda serem maioria, houve aumento de pessoas com ensino Médio completo ou equivalente, deixando as duas categorias com valores próximos. Um dado interessante da variável escolaridade é o aumento de pessoas com ensino superior completo nesse grupo de menor rendimento: em 2012 eram 75.659, e em 2017 esse número era maior que o dobro, chegando a 179.963.

5. CONCLUSÕES

A renda é bastante concentrada nas mãos de poucas pessoas, em diversos países pelo mundo. Os mecanismos de acumulação mostram-se mais fortes que os de redistribuição, fazendo com que esse quadro de desigualdade tenda a continuar ou até se agravar, se não houver algum tipo de intervenção. Com base nos resultados obtidos pelos dados da PNAD Contínua, trabalhados com o auxílio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), a análise dos dados nos confirma esse quadro pelo alto nível de desigualdade e concentração de renda presente no Brasil. Embora constatemos, de modo geral, algumas mudanças tímidas, podemos observar a mulher ocupando um espaço cada vez maior no mercado de trabalho, assim como notamos progresso em relação ao negro também mais presente no mercado. É importante frisar, porém, que essa inclusão não é sinônimo de igualdade de oportunidade, remuneração ou qualidade de emprego, e os diferenciais ainda são muito elevados. Em relação a essas duas variáveis especificamente, o processo de discriminação no mercado de trabalho mostra-se ainda muito forte. Para diminuir essa desigualdade e a distância entre pobres e ricos, e paralelamente buscar ampliar o crescimento e desenvolvimento do país, é importante combinar diversas políticas a fim de promover maior igualdade entre gêneros, raças, ampliar o acesso a empregos, investir na educação e incentivar a redistribuição de recursos por meio de transferências de renda. Também é

importante promover a redução das desigualdades regionais, investir em infraestrutura, além do controle dos gastos públicos.

A proporção de analfabetos continua maior entre a população declarada preta ou parda. Um resultado positivo obtido foi a queda da taxa do analfabetismo no Brasil. Vimos pelas regiões do país que houve redução do número de pessoas Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, e com ensino Fundamental incompleto ou equivalente em todos os grupos. Em nível nacional, ocorreu aumento de pessoas com ensino superior completo no segmento mais baixo (de 6,8% em 2012 para 9,6% em 2017) e intermediário (de 31,5% em 2012 para 33,5% em 2017). Apesar dos resultados apresentados, o Grupo C ainda concentra mais pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, e tem a menor concentração de pessoas com nível superior completo em todos os anos. Naturalmente, é de se esperar a ideia de que a cada ano a mais de escolaridade, o nível de remuneração do indivíduo aumente. De qualquer forma, a escolaridade continua sendo um dos maiores desafios para o país. O PNE (Plano Nacional de Educação) prevê que o analfabetismo seja erradicado do Brasil até 2024. Claro que isso depende das políticas públicas a serem postas em prática.

Sobre a variável sexo, em nível nacional, as mulheres reduziram seu peso na base da pirâmide, de 49,8% em 2012 para 46,1% em 2017 (2017 foi o ano com o percentual mais baixo). Nos demais estratos, aumentaram sua posição relativa no segmento de renda intermediário de 34,9% em 2012 para 37,8% em 2017; e de 15,3% em 2012 para 16% em 2017 no segmento superior. De acordo com a variável cor/raça, também em nível de Brasil, os dados mostraram pouquíssima mudança. A população negra (considerando pessoas de cor preta e parda) aumentou seu peso relativo nos estratos de renda intermediário de 37,5% em 2012 para 38,8% em 2017, e superior de 11,8% em 2012 para 12,5% em 2017, e reduziu no inferior de 50,7% em 2012 para 48,7% em 2017, enquanto a população branca teve seu peso relativo reduzido no estrato inferior, de 30,5% em 2012 para 29,6 em 2017, aumentando timidamente no segmento intermediário de 42,0% em 2012 para 42,5% em 2017 e superior de 27,5% em 2012 para 27,8% em 2017.

Em nível nacional, em todos os seis anos selecionados para estudo, o grupo dos 20% de maior rendimento (9º ao 10º decil), ou seja, o grupo mais rico da população brasileira detinha sozinho mais que a metade do rendimento total do país. A evolução ao longo dos anos indica que o grupo mais rico recebeu em média 1,86

vezes a mais que o grupo médio, e 4,14 vezes mais do que o grupo mais pobre. O Grupo A apresentou seu maior nível de concentração em 2013, com 58,3% do rendimento total; o Grupo B em 2015 com 31,4%; e o Grupo C em 2013 com 14,3%. Em todos os anos, no Grupo A (9º ao 10º decil) prevaleceram pessoas do sexo masculino, de cor/raça branca, e com ensino Superior completo. No Grupo B (5º ao 8º decil), em todos os anos, prevaleceram pessoas do sexo masculino, de cor/raça branca, com ensino Médio completo ou equivalente. Já o Grupo C (1º ao 4º decil), foi composto majoritariamente por pessoas do sexo feminino, de cor/raça parda e sem instrução ou menos de 1 ano de estudo, para todos os anos.

Em nível regional, o grupo do maior decil predominou em todas as Regiões, em todos os anos. Observamos que o Grupo C diminuiu seu peso nas Regiões Norte e Nordeste de 2012 para 2017, aumentou na Região Sul, e não teve grandes variações no Sudeste e Centro-Oeste. O Grupo B por outro lado diminuiu seu peso no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, aumentou seu peso apenas no Norte, e manteve seu rendimento no Nordeste. Já o Grupo A diminuiu seu peso apenas na Região Norte, aumentando a concentração nas demais regiões. A média de concentração das Regiões em 2012 para o grupo de menor rendimento era de apenas 14%; para o de rendimento intermediário 32%; e para grupo o de maior rendimento 54%. Em 2017, essas médias foram respectivamente: 13%, 30% e 57%, diminuindo para os dois menores grupos, e aumentando para o Grupo A, reforçando ainda mais a concentração de renda no grupo, com mais da metade do rendimento total. Cada Região do país possui sua particularidade, suas características, e situações específicas, sociais, políticas ou econômicas. A Região Nordeste pode ter a concentração dos piores IDH's quando comparada ao Sudeste, por exemplo, que é o local em que os IDH's mostram melhores condições de vida. Porém, não necessariamente isso indique que o Nordeste é um local de pobreza e miséria, e que em áreas consideradas com melhores condições de vida como Sudeste não há problemas de pobreza e exclusão social. Esses problemas ocorrem em todas as regiões do país, porém, com intensidades ou padrões diferentes. Apesar disso, a desigualdade entre as Regiões brasileiras começou a apresentar queda a partir do início do século. Claro que, em nível regional, as medidas que precisam ser tomadas para melhorar o quadro variam de região a região, uma vez que os patamares de taxa são diferentes entre elas.

É necessária uma combinação de políticas e ainda acompanhar sua manutenção para causar de fato uma redução da desigualdade. Serviços públicos, como os de educação e saúde, apesar de melhorarem o quadro, não são suficientes para revertê-lo. Soares (2010) diz que algumas das políticas de transferência de renda têm limites, e podem não ter a mesma eficácia na melhoria do quadro da desigualdade ao longo do tempo, pois muitas pessoas que recebem algum programa de transferência, já foram contempladas por seu benefício, e assim o impacto dos aumentos reais do salário mínimo é cada vez menor.

A literatura mostra que alguns dos principais fatores que contribuem para o declínio da desigualdade de renda são a estabilização macroeconômica e o controle da inflação (Ferreira e Litchfield, 2001; Barros et al., 2006b; Ferreira et al., 2006). Entretanto, mudanças na escolaridade da população, por exemplo, revelaram-se também fundamentais, ampliando o acesso aos níveis mais baixos e mais altos de ensino, e ainda reduzindo os diferenciais de remuneração da força de trabalho.

No artigo *“Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil”* do IPEA, Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça defendem que reduções no índice de pobreza ocorrem quando no crescimento econômico a renda dos mais pobres cresce, elevando igualmente a renda de todos os grupos, ou seja, tanto a renda dos pobres quanto a dos ricos cresce; e também pela redução no grau de desigualdade, que aumenta a fatia da renda total apropriada pelos mais pobres, fazendo com que eleve a renda desse grupo, mesmo sem haver crescimento econômico, ou seja, a renda dos mais pobres cresce enquanto a dos mais ricos diminui. Essas duas formas parecem bastante positivas, pois o crescimento aumenta a renda de todos, e as reduções no grau de desigualdade fazem com que a renda dos pobres cresça mais rápido que a dos ricos.

Segundo Piketty, a desigualdade aumenta se a taxa de rendimento do capital for maior que a taxa de crescimento das outras rendas, como as do trabalho. Piketty defende que os mercados não conseguem sozinhos frear esse processo, e precisariam ser controlados por instituições, como o Estado. Isso porque de maneira geral, as economias de mercado não tendem naturalmente à igualdade, pois os rendimentos de quem possui riqueza acumulada, tendem, de forma geral, a aumentar mais rápido que o crescimento da economia como um todo. Por isso, sem nenhum tipo de interferência governamental e redistribuição de recursos, a tendência da geração de desigualdade é continuar, e ainda, aumentar, como

podemos observar na análise feita pelo autor em “*O Capital no Século XXI*”, em que nos períodos em que o grupo de países tinham os mercados desregulados, a desigualdade aumentava, enquanto nos períodos em que eram regulados, caía.

O abismo da renda entre ricos e pobres é gigantesco. Por isso é necessária uma reforma que tenha um sistema tributário progressivo, eficiente e justo, aumentando os impostos sobre a riqueza e patrimônio dos mais ricos, e não somente sobre a renda, e que estimule o investimento produtivo e eleve a arrecadação do Estado, permitindo gastos em educação, saúde. O sistema tributário no Brasil tem impostos sobre rendas mais elevadas e heranças com alíquotas muito baixas. A reforma tributária de 1988 estruturou uma carga tributária de caráter regressivo, afetando principalmente os pobres, contribuindo para uma maior desigualdade econômica no país, pois foi favorável à ocorrência da concentração de renda para uma pequena parcela da sociedade: os empresários e ricos. O sistema tributário brasileiro é composto por diversos tributos, diretos e indiretos, como: Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF); Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Serviços (ISS). Esses são apenas alguns exemplos de impostos cobrados no Brasil. O país possui uma carga tributária considerada alta (32,29% do PIB, em 2016, segundo dados da Receita Federal). Em 2016 a média na América Latina e Caribe foi de 22,7%; dos Estados Unidos, 26%. A carga tributária do Brasil estava similar a de nações desenvolvidas como o Canadá (31,%) e o Reino Unido (33,2%). O fato é que essa carga tributária brasileira não demonstra ser revertida em serviços públicos de qualidade, além do fato de isentar lucros e dividendos distribuídos entre grandes acionistas de empresas. O Imposto de Renda (IR) é um imposto que mostra-se fundamental para uma melhor redistribuição de renda, por ser o imposto mais progressivo existente no sistema tributário, garantindo a igualdade fiscal e uma justa tributação a todos os contribuintes, ou seja, mais adequada tanto para os menos favorecidos quanto para os mais favorecidos.

Uma saída para uma tributação mais justa e igualitária poderia ser utilizar a capacidade contributiva de cada indivíduo para gerar os tributos de acordo com a riqueza de cada um, pois dessa forma o rico por ter melhores condições financeiras pagaria mais, e o pobre menos. E ainda, a implementação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto na Constituição de 1988, mas até então não

regulamentado, o qual seria mais uma ferramenta de justiça fiscal, e baseado na ideia da capacidade contributiva.

Aumentos reais do salário mínimo, geração de empregos formais, redução da segmentação e da discriminação (por sexo e cor), são alguns fatores que causam redução na concentração de renda no mercado trabalho. Mudanças positivas ocorreram mais na base ou no meio da pirâmide social, e não tanto na fatia apropriada pelos mais ricos, que afeta de forma importante medidas de desigualdade. Uma sociedade mais igualitária tende a ser mais justa, democrática, e eficiente, além de ser bom para o crescimento do país. Por não ser igualitarista e eficiente o suficiente em suas políticas e ações, o Estado acaba contribuindo para aumentar a desigualdade. O Estado deve estar mais atento às carências que afligem parte considerável da população e deveria agir para diminuir as injustiças sociais. É preciso a presença e ação de uma administração mais rígida no país, valorizando a ética e a transparência, fiscalizando a arrecadação dos tributos, combatendo a fraude e a sonegação fiscal. O sistema tributário é uma ferramenta essencial para a redução das desigualdades sociais. Seguindo esses passos, torna-se possível ser otimista quanto à redistribuição entre as camadas mais pobres da distribuição de renda, e também pela perspectiva de redução da pobreza absoluta e aumento do padrão de vida médio pelo crescimento econômico. Os fatos demonstram que o país precisa buscar reduzir ainda mais as desigualdades históricas que o afetam, para alcançar patamares de países mais desenvolvidos. Assim, é possível atingir uma sociedade mais igualitária, justa, e democrática.

O que podemos concluir sobre o comportamento da desigualdade de renda no período analisado, em nível regional e nacional, é que a disparidade de renda continuou bastante elevada. Isso evidencia que o Brasil, apesar de algumas melhoras, ainda é um país com um grave nível de concentração de renda.

Empiricamente, fatores como escolaridade, sexo e cor/raça ajudam a explicar diferenças salariais. No campo teórico, diversas são as teorias que explicam essas variações salariais, como a Teoria do Capital Humano citada aqui. Seja qual for o campo, a escolaridade é a variável que parece mostrar-se mais presente nas discussões e estudos sobre o tema, uma vez que é defendido que no Brasil, as desigualdades de renda são acompanhadas por desigualdades educacionais e que

normalmente regiões mais pobres são também aquelas que apresentam os piores níveis de educação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BARROS, R. *et al.* Uma análise das principais causas da queda recente da desigualdade de renda brasileira. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 117-147, jul. 2006.

BARROS, R. P. Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. *In*: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. **IPEA**, Brasília, v. 2, cap. 28, 2007.

BARROS, R. P. de; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. **Textos para discussão: IPEA**, Rio de Janeiro, n. 1304, set. 2007.

BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. **IPEA**, Brasília, v. 2, cap. 26, 2007.

BARROS, R. P. DE; HENRIQUE, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 42, fev. 2000.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. **Textos para discussão: IPEA**, Rio de Janeiro, n. 377, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora. *In*: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998. p. 39-64.

BOURDIEU, Pierre. Reprodução Cultural e Reprodução Social. *In*: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 295-336.

BRÍGIDO, Carolina. Pnud: Brasil tem 3ª pior desigualdade do mundo. **O Globo**, 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/pnud-brasil-tem-3-pior-desigualdade-do-mundo-2975390>> Acesso em: 15 mar. 2019.

COLLINS, Randall. Functional and Conflict Theories of Educational Stratification. **American Sociological Review**, vol. 36, n. 6, p. 1002-1019, dez. 1971.

CARNEIRO, Lucianne. Desigualdade entre países avançou no mundo entre 1820 e 2010, diz OCDE. **O Globo**, 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/desigualdade-entre-paises-avancou-no-mundo-entre-1820-2010-diz-ocde-14108429>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2009-2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 22/03/2019.

FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. **American Economic Review**, v. 62, n. 2, p. 391-402, 1972.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1964.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Notas Metodológicas, vol 1. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: 25 de março de 2019.

IPEADATA. **Ipeadata regional**. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 22 abr. 2010.

LANGONI, Carlos G. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LANGONI, Carlos G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação. **Ensaio Econômicos FGV**, n. 7, 1973.

MINCER, Jacob A. **Schooling, Experience, and Earnings**. New York: Columbia University Press, 1974.

NERI, Marcelo. Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, p. 53-75, out. 2007.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. 128 p.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: Capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

- RAMOS, L; VIEIRA, M. L. Determinantes da desigualdade de rendimento no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. In: **Desigualdade e Pobreza no Brasil – 2000**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000p. 159-176.
- REIS, J. G. A. dos; BARROS, R. P. Wage inequality and the distribution of education: A study of the evolution of regional differences in inequality in metropolitan Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 36, p. 117-143, jul. 1991.
- RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Mercado de trabalho, segmentação socioespacial e desigualdades nas regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas**. Rio de Janeiro, 2016
- RIBEIRO, Marcelo Gomes. Território e Desigualdades de Renda em Regiões Metropolitanas do Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, no 4, p. 913 a 949, 2015.
- RISCO, Guilherme R. de M. **Crescimento econômico e desigualdade: teorias e evidências para o Brasil**. Tese (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.
- SCHULTZ, Theodore W. “Investment in Human Capital”. **American Economic Review**, vol. 51, no 1, p. 1-17, 1961.
- SILVA, S. C. B. M. ; SILVA, B. C. N. ; COELHO, A. S. . **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. 1. ed. João Pessoa-PB: Editora Grafset, 2008. 129p.
- SILVÉRIO, Maria. **BRICS: desigualdades sociais nos países emergentes**. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=123>>. Acesso em: 02 abr. 2019
- SOARES, S. S. D. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. **Textos para discussão**, n. 1166 Brasília, IPEA, 2006.
- SOARES, S. S. D. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? **Revista de Economia Política**. v. 119, p. 364-380, 2010.
- SOUZA, Pedro H. G. F. de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. 2016.
- WILLIAMS, Walter. *et al.* **Quatro aspectos que devem ser abordados em uma discussão inteligente sobre desigualdade econômica**. Disponível em: <<https://mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=2030>>. Acesso em: 05 mar. 2019.